

Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 424/22, de 10/11/2022

Aprova o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 002/2022, que define critérios gerais para a aplicação de recursos da Cobrança PCJ Federal na temática de proteção e conservação dos recursos hídricos para o exercício de 2023.

Os Presidentes dos Comitês PCJ, colegiados criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL), e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH- PJ1), no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o período 2020 a 2035 – Plano das Bacias PCJ 2020-2035, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 332/2020, de 31/08/2020, o qual definiu as ações e os municípios prioritários para a temática de “Conservação, Recuperação e Restrição”;

Considerando os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 307/2018, de 14/12/2018, que aprovou a revisão da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ;

Considerando as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) nas Resoluções ANA nº 122/2019 e nº 53/2020, que tratam, respectivamente, dos procedimentos para o financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos; e da regulamentação da modalidade Chamamento Público de Projetos;

Considerando a Deliberação dos Comitês PCJ nº 368/21, de 24/06/2021, e suas alterações, por meio das quais foram definidos critérios gerais para a aplicação dos recursos da CFURH e das Cobranças PCJ Paulista e Federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ referentes aos exercícios de 2022 a 2025;

Considerando que a Fundação Agência das Bacias PCJ, em atendimento aos critérios gerais para aplicação de recursos, encaminhou para apreciação pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, por meio do Ofício Agência das Bacias PCJ nº 175/2022, proposta de Ato Convocatório para Chamamento Público relacionado à temática de proteção e conservação dos recursos hídricos, elaborada conforme as normas estabelecidas pela ANA;

Considerando a previsão orçamentária constante da Deliberação dos Comitês PCJ nº 417/22, de 04/10/2022 que atualizou o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2021 a 2025;

Considerando que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ durante a sua 87ª Reunião Ordinária, realizada em 10/11/2022, por videoconferência;

Deliberam, *ad referendum* dos plênários dos Comitês PCJ:

Art. 1º Ficam aprovados o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos Agência das Bacias PCJ nº 002/2022 e seus anexos, constantes do Anexo desta deliberação.

Art. 2º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial e deverá ser apreciada e referendada na próxima reunião plenária dos Comitês PCJ.

SIDNEY JOSE DA ROSA:0583398960
4

Assinado de forma digital por
SIDNEY JOSE DA
ROSA:05833989604
Dados: 2022.11.16 16:55:24
-02'00'

(assinado digitalmente)
SIDNEY JOSÉ DA ROSA
Presidente do CBH-PJ1

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA:10293008876

Assinado de forma digital por
LUCIANO SANTOS TAVARES DE
ALMEIDA:10293008876
Dados: 2022.11.10 17:09:57
-03'00'

(assinado digitalmente)
LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA
Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



ANEXO - Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 424/22, de 10/11/2022.

ATO CONVOCATÓRIO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROJETOS Nº 002/2022

*DEMANDA PRIORIZADA – TEMÁTICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS
HÍDRICOS*



**ATO CONVOCATÓRIO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROJETOS
Nº 002/2022**

CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROJETOS

DEMANDA PRIORIZADA – TEMÁTICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS
HÍDRICOS

AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

ASSESSORIA AMBIENTAL

Novembro/ 2022



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETO	8
3. DOS TOMADORES DE RECURSOS	9
4. OBJETIVOS	10
5. DOS PARTICIPANTES E DAS OBRIGAÇÕES	10
6. PREVISÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP	14
7. DOS RECURSOS FINANCEIROS	15
8. CALENDÁRIO	16
9. DAS INSCRIÇÕES E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA	20
10. DA ELEGIBILIDADE	22
11. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO	22
12. DA HABILITAÇÃO	23
13. DA HIERARQUIZAÇÃO	27
14. DA ANÁLISE TÉCNICA DO PROJETO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	28
15. DA CONTRATAÇÃO	29
16. DO DESEMBOLSO E SAQUE DAS PARCELAS	30
17. DOS RECURSOS AOS RESULTADOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO	31
18. OPERACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS	31
19. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO	32
20. IMPUGNAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO	32
21. DESISTÊNCIA	32

22. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	32
23. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34
15. ANEXO I	35
17. ANEXO II	40
18. LIMITES DE CONTRAPARTIDA A SER OFERECIDA POR MUNICÍPIO	40
19. ANEXO III	42
20. ANEXO IV	44
21. ANEXO V	52
22. ANEXO VI	55



1. INTRODUÇÃO

A implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União (Cobrança PCJ Federal) no território das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ) gerou a necessidade do estabelecimento de critérios gerais e específicos para seleção de empreendimentos visando financiamento com os recursos arrecadados. Nesse contexto, a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ) é a responsável pela aplicação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Federal), já que é a Entidade Delegatária (ED) das funções de Agência de Águas, conforme Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, firmado com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

O Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ para o período 2020 a 2035 (Plano das Bacias PCJ 2020-2035), aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 332/2020, de 31/08/2020, definiu critérios de priorização de municípios para as ações previstas no presente ato convocatório, na temática de **proteção e conservação dos recursos hídricos**, a fim de atingir as metas definidas no referido Plano para as Bacias PCJ.

Merece destaque que no ano de 2015, período da crise hídrica nas Bacias PCJ, os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitês PCJ), aprovaram a Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais - **Política de Mananciais PCJ**, uma política pública capaz de integrar as questões ambientais, econômicas e sociais para um desenvolvimento mais sustentável.

Essa Política tem sido aperfeiçoada ao longo dos anos, sendo sua última versão aprovada por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 307/2018 de 14/12/2018, que *“Aprova a Revisão da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ e dá outras providências”*.

A Política de Mananciais PCJ possui quatro programas, a saber:

I - Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse

– Exequível por meio do desenvolvimento de Projetos Integrais de Propriedade (PIPs) e da posterior execução das ações de restauração ecológica e adequação ambiental pertinentes;

II - Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) – Exequível por meio do incentivo econômico a proprietários cujas áreas sejam produtoras de serviços ambientais; execução de ações de restauração inerentes a projetos e/ou programas de PSA e, por meio da Unidade Coordenadora de Execução (UCE), que caracteriza o agente responsável pela execução de ações pelo monitoramento de projetos e/ou programas de PSA;



III - Apoio a Áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos: Contempla ações de apoio e manejo de áreas sujeitas a restrição de uso, no âmbito do território das Bacias PCJ - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos nº 05 (UGRHI 05) no Estado de São Paulo e Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos dos Rios Piracicaba e Jaguari - PJ1 (UPGRH PJ 1) no Estado de Minas Gerais.

IV - Proteção da Mata Atlântica e Cerrado: Contempla ações para apoiar, conforme previsto na Lei da Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/06), a proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, bem como na Política Estadual Paulista nº 13.550/2009, de Proteção da vegetação nativa dos Cerrados.

As ações da Política de Mananciais PCJ estão embasadas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035, onde foram definidos critérios para priorização de municípios visando à implementação das ações de “**Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal - CRF**”, a fim de auxiliá-los no atingimento de suas metas.

Diante do exposto e considerando a importância em aportar recursos no Programa de Duração Continuada (PDC) 04 - Proteção dos Recursos Hídricos, como forma de incentivar a proteção dos mananciais de interesse para abastecimento público local em microbacias prioritárias, o presente ato convocatório de projetos tem como objetivo selecionar empreendimentos para o financiamento de ações de estruturação, desenvolvimento e realização de programas e projetos destinados a PSA de proteção dos recursos hídricos, mais especificamente relacionado ao objeto “Incentivo Econômico” por meio de repasse de recursos financeiros a produtores Protetores-Recebedores de serviços ambientais em um Programa de PSA municipal.

As ações elencadas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 contam com uma ferramenta de orientação para a aplicação dos recursos financeiros, arrecadados com a Cobrança PCJ Federal, o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ para o período de 2021 a 2025 (PAP PCJ 2021-2025), que contempla as ações priorizadas e definidas no horizonte de curto prazo, logo, os editais específicos elaborados pela Agência das Bacias PCJ deverão estar com conformidade com as ações previstas nesse instrumento - PAP PCJ 2021-2025.

O PAP PCJ vigente que contempla o período de 2021 a 2025, foi aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 417/2022, de 04/10/2022. Além disso, o Plano de Execução Orçamentário Anual – POA, é um instrumento orçamentário vinculado ao PAP PCJ, de periodicidade anual, que apresenta um maior detalhamento das ações a serem executadas no ano vigente.

O presente ato convocatório regula-se pelos preceitos de direito público e, em especial, pelas Resoluções da ANA nº 122/2019 e nº 53/2020, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e a nº 14.133/2021. A Resolução ANA nº 53/2020 regulamenta a modalidade Chamamento Público de Projetos, prevista no art.



7º da Resolução ANA nº 122/2019, para financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos.

Este ato convocatório também observa os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 368/2021, de 24/06/2021, que *“Define critérios gerais para a aplicação dos recursos da CFURH e das Cobranças PCJ Paulista e Federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ referentes aos exercícios de 2022 a 2025, e dá outras providências.”* e da Deliberação dos Comitês PCJ nº 395/2021, de 10/12/2021, que *“Acrescenta novo dispositivo ao Art. 2º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 368/21, de 24/06/2021, que “Define critérios gerais para a aplicação dos recursos da CFURH e das Cobranças PCJ Paulista e Federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ referentes aos exercícios de 2022 a 2025, e dá outras providências”.*

Atualmente as ações somente poderão ser financiadas na modalidade fundo perdido, já que o financiamento reembolsável ainda não pode ser operacionalizado no território das Bacias PCJ, tendo em vista que não foi contratada instituição financeira nos termos da Resolução ANA nº 122/2019 para efetuar todas suas atribuições definidas nos termos do artigo 20 da Resolução ANA nº 53/2020.

Desta maneira, a Agência das Bacias PCJ torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta, por meio de seleção de propostas na modalidade Chamamento Público de Projetos, para financiamento a fundo perdido de ações incluídas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035, na temática de **Proteção e conservação dos recursos hídricos**, constante do PAP PCJ 2021-2025.

2. OBJETO

2.1. O objeto do presente ato convocatório é a seleção de propostas de empreendimentos para o aporte de recursos financeiros da Cobrança PCJ Federal por meio de financiamento a fundo perdido de ações na temática de **Proteção e conservação dos recursos hídricos**, no âmbito da Política de Mananciais PCJ, em municípios prioritários localizados no território das Bacias PCJ, visando:

2.1.1. Programa I. Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse

2.1.1.1. Intervenções de restauração florestal (isolamento dos fatores de degradação - cercamento, plantio) pertinentes e previstas nos PIPs, nos moldes da Política de Mananciais PCJ da microbacia prioritária selecionada pelo respectivo município;

2.1.1.2. Intervenções de conservação de solos pertinentes e previstas nos PIPs, nos moldes da Política de Mananciais PCJ da microbacia prioritária selecionada pelo respectivo município;



2.1.1.3. Intervenções de saneamento rural pertinentes e previstas nos PIPs, nos moldes da Política de Mananciais PCJ da microbacia prioritária selecionada pelo respectivo município;

2.1.1.4. Unidade Coordenadora de Execução (UCE-Prospecção), para execução de serviços de prospecção e mobilização de proprietários rurais visando o desenvolvimento futuro de ações voltadas à proteção de mananciais.

2.1.2. Programa II. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

2.1.2.1. Pagamento do incentivo econômico a proprietários cujas áreas sejam produtoras de serviços ambientais;

2.1.2.2. Execução de intervenções de restauração florestal (isolamento dos fatores de degradação - cercamento, plantio), conservação de solo ou saneamento rural inerentes a projetos e/ou programas de PSA; e

2.1.2.3. Unidade Coordenadora de Execução (UCE-Monitoramento), para execução de ações de monitoramento de projetos e/ou programas de PSA.

3. DOS TOMADORES DE RECURSOS

3.1. Poderão ser tomadores de recursos do presente ato convocatório:

3.1.1. pessoas jurídicas de direito público, da administração direta dos Municípios, obrigatoriamente Prefeituras Municipais ou suas autarquias com atribuições correlatas ao objeto;

3.1.2. Prestadores de serviços públicos de saneamento básico integrantes da administração pública, legalmente constituídos e detentores das competências para realização de serviços de infraestrutura e instalações de saneamento básico, com interesse na implementação do objeto deste ato convocatório.

3.2. O presente ato convocatório aplica-se aos municípios classificados como prioridade Muito Alta (Classe 5) e Alta (Classe 4) na temática de “Proteção de Mananciais” para o alcance das metas estabelecidas para as Bacias PCJ, conforme o Plano das Bacias PCJ 2020-2035 em seu CRF, listados no **Anexo I** do presente ato convocatório.

3.3. Para a execução de empreendimentos com recursos da Cobrança PCJ Federal, os tomadores deverão aportar **CONTRAPARTIDA** financeira (CP) mínima, conforme **Anexo II**;

3.4. O tomador de recurso deverá se candidatar para os objetos possíveis de financiamento, de acordo com valores mínimos e máximos estabelecidos, **conforme Anexo III.**



4. OBJETIVOS

4.1. O objetivo do presente ato convocatório, na modalidade de Chamamento Público de Projetos, visa o aporte financeiro de recursos para realização de intervenções relacionadas a temática de **Proteção e conservação dos recursos hídricos** visando:

4.1.1. Promover a Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais nas Bacias PCJ;

4.1.2. Atingir as metas de aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis, previstas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035;

4.1.3. Operacionalizar as ações do Programa de Proteção e Conservação dos Recursos Hídricos, da Agenda Setorial (Finalidade 02) do PAP PCJ 2021-2025, sob número: 2.3.1 - *Estudos, planos, projetos e intervenções destinadas à recuperação ou conservação da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ou outras áreas voltadas à proteção dos recursos hídricos*; 2.3.2 - *Estruturação, desenvolvimento e realização de programas e projetos destinados a pagamentos por serviços ambientais (PSA) de proteção dos recursos hídricos*; e 2.3.3 - *Estudos, planos, projetos ou intervenções destinadas à conservação de solo para controle da erosão e proteção dos recursos hídricos*.

5. DOS PARTICIPANTES E DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Para efeitos do presente ato convocatório, são partes interessadas e suas respectivas obrigações:

5.2. **A Agência das Bacias PCJ**, é a ED das funções de Agência de Águas, conforme Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA firmado com a ANA, e atuará por meio de sua **Assessoria Ambiental**, como gestora e disciplinadora durante todo o processo de seleção de propostas na modalidade Chamamento Público de Projetos, com as seguintes obrigações de:

5.2.1. Elaborar o ato convocatório do Chamamento Público de Projetos, realizar o processo de seleção e julgamento das propostas, dando a sua devida publicidade e verificando o cumprimento dos seus requisitos;

5.2.2. Propor diretrizes gerais e dos valores de investimentos a serem realizados para os financiamentos não reembolsáveis, que constam no PAP PCJ 2021-2025;

5.2.3. Elaborar manual operativo da modalidade Chamamento Público de Projetos, visando a padronização dos trâmites e procedimentos, além de orientar a todos os participantes deste Ato Convocatório relacionado à temática "**Proteção e conservação dos recursos hídricos**" efetuando as devidas atualizações, conforme pertinente;



5.2.4. Promover a contratação de instituição financeira nos termos da Resolução ANA nº 122, de 16 de dezembro de 2019, e/ou outra que venha substituí-la ou alterá-la, para operacionalizar o Edital, atuando como Agente Técnico e/ou Agente Financeiro dos contratos de financiamento;

5.2.5. Zelar e supervisionar a correta aplicação dos recursos financeiros na modalidade Chamamento Público de Projetos, além de acompanhar e monitorar a evolução da execução dos contratos;

5.2.6. Disponibilizar de forma destacada em sua página eletrônica todos os financiamentos concedidos, em andamento e finalizados, com os valores arrecadados com a Cobrança PCJ Federal, incluindo o ato convocatório, além de divulgar o Programa;

5.2.7. Apresentar relatório de prestação de contas aos Comitês PCJ contendo o balanço anual dos investimentos realizados na modalidade Chamamento Público de Projetos, no qual conste a relação das contratações efetuadas e pleitos não aprovados;

5.2.8. Acompanhar, controlar e avaliar a aplicação dos recursos;

5.2.9. Definir procedimentos complementares, conforme couber.

5.3. **Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá** (Comitês PCJ), responsáveis pela aprovação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, onde constam o Plano de Ações e as prioridades para a sua execução, atuam como financiadores, articuladores políticos e institucionais das ações e oferecem suporte ao acompanhamento da sua efetividade, aos quais cabe:

5.3.1. Verificar o enquadramento da ação pleiteada com o que estabelece o Plano das Bacias PCJ 2020-2035 vigente e demais deliberações dos Comitês PCJ;

5.3.2. Aprovar a inclusão no PAP PCJ das diretrizes gerais e dos valores de investimentos a serem praticados no financiamento a fundo perdido;

5.3.3. Auxiliar, de modo subsidiário, à atuação da Agência das Bacias PCJ na definição de critérios e regras para hierarquização dos empreendimentos;

5.3.4. Indicar empreendimentos para financiamentos com recursos oriundos da Cobrança PCJ Federal;

5.3.5. Apreciar e aprovar os relatórios de prestação de contas apresentado pela Agência das Bacias PCJ contendo o balanço anual dos investimentos realizados no âmbito do Programa.

5.4. **O tomador de recurso** é o beneficiário do financiamento e responsável pela execução, acompanhamento e fiscalização da ação prevista no Plano das Bacias PCJ 2020-2035, podendo ser:



5.4.1. Os municípios, obrigatoriamente Prefeituras ou suas autarquias com competências atreladas ao objeto pleiteado e previsto neste ato convocatório;

5.4.2. Prestadores de serviços públicos de saneamento básico integrantes da administração pública, legalmente constituídos e detentores das competências para realização de serviços de infraestrutura e instalações de saneamento básico, com interesse na implementação do objeto deste ato convocatório.

5.4.3. Cabe aos tomadores de recursos:

5.4.3.1. observar o conteúdo da Resolução ANA nº 53/2020, do ato convocatório e dos procedimentos estabelecidos pela Agência das Bacias PCJ;

5.4.3.2. responsabilizar-se pela documentação relativa ao empreendimento pleiteado, e após contratação, pela sua efetiva execução, nos termos estabelecidos no respectivo contrato de financiamento, observando os critérios de qualidade técnica e os prazos;

5.4.3.3. prestar todas as informações solicitadas pela Agência das Bacias PCJ, cuja atribuição será a de Agente Técnico, e pela Caixa Econômica Federal, com função de Agente Financeiro sobre o contrato e informar sobre eventuais alterações em relação ao cronograma proposto e no escopo contratado, além de franquear acesso às instalações para a comprovação do cumprimento das condições contratuais;

5.4.3.4. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução do objeto do contrato em conformidade com as normas brasileiras e os normativos do Programa, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária;

5.4.3.5. responsabilizar-se pelo acompanhamento e fiscalização das áreas preservadas, com emissão de Relatório de Descritivo de Atividades (RDA) que contenha registros fotográficos das propriedades, nos termos estabelecidos no respectivo contrato de financiamento;

5.4.3.6. demonstrar que possui capacidade de aporte da contrapartida e depositar a mesma na CONTA vinculada ao contrato de financiamento conforme previsto no cronograma físico e financeiro e prestar contas quanto à aplicação dos recursos transferidos.

5.5. **A Caixa Econômica Federal – CAIXA**, como instituição financeira atua na condição de agente financeiro e operador do programa de financiamento, é a entidade responsável pela análise prévia à celebração do contrato de transferência, trâmites



financeiros para liberação das parcelas e análise de prestação de contas parciais e finais, à qual cabe:

5.5.1. orientar os tomadores na formulação das propostas, atuar no processo de análise financeira e jurídica da proposta de financiamento, celebrar contrato de financiamento e acompanhar a execução financeira do objeto financiado, com respectiva liberação dos desembolsos previstos no cronograma;

5.5.2. demandar e analisar a documentação institucional, cadastral, jurídica e complementar, quando couber, das propostas selecionadas e aprovadas pela Agência das Bacias PCJ, de acordo com as normas das Diretrizes Gerais e Procedimentos Operacionais (DGPO);

5.5.3. acompanhar, controlar e avaliar o desenvolvimento dos contratos de financiamento, de maneira a garantir o cumprimento das metas na forma contratualmente estabelecida;

5.5.4. formalizar a celebração do Contrato de Transferência, bem como analisar, formalizar e celebrar seus eventuais termos aditivos, publicando os respectivos extratos no Diário Oficial da União, e acompanhando e controlando o prazo de vigência;

5.5.5. solicitar à Agência das Bacias PCJ a descentralização dos recursos financeiros, referentes às medições, para contas vinculadas ao Contrato de Transferência, para o pagamento das etapas medidas/executadas pelo fiscal do TOMADOR;

5.5.6. preparar a documentação para a Tomada de Contas Especiais, quando couber;

5.5.7. emitir relatórios gerenciais periódicos das operações de crédito realizadas com a finalidade de proporcionar à Agência das Bacias PCJ a avaliação do Edital.

5.6. **A Agência das Bacias PCJ**, como instituição do setor de recursos hídricos que atua na condição de agente técnico, por meio de sua **Assessoria Ambiental**, é a entidade responsável pela análise técnica da execução do contrato de transferência, acompanhamento/aferição da execução dos empreendimentos, trâmites financeiros para aprovação e liberação das parcelas e análise de prestação de contas parciais e finais, à qual cabe ainda:

5.6.1. orientar os tomadores na formulação das propostas, atuar no processo de análise técnica da proposta de financiamento, celebrar contrato de financiamento, por intermédio da Caixa Econômica Federal, e acompanhar a execução física e financeira do objeto financiado, com respectiva liberação dos desembolsos previstos no cronograma;

5.6.2. demandar e analisar a documentação técnica, e promover, quando couber, vistorias técnicas às áreas das propostas selecionadas e aprovadas pelos Comitês das Bacias PCJ, de acordo com as normas das Diretrizes Gerais e Procedimentos Operacionais (DGPO);

5.7. **A ANA**, como entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.

5.8. As obrigações dos participantes são detalhadas no Contrato de Transferência firmado entre o tomador e a Agência das Bacias PCJ, cuja atribuição para a temática específica deste Ato Convocatório é Agente Técnico, por intermédio do Agente Financeiro, além de constar nas DGPOs entre a Agência das Bacias PCJ e CAIXA.

6. PREVISÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP

6.1. Os recursos disponíveis estão alocados nas Ações do PAP PCJ 2021-2025, conforme **Quadro 1**:

Quadro 1. Enquadramento das ações financiáveis no PAP PCJ 2021-2025, no POA 2023 e no Programa de Duração Continuada (PDC 4 – Proteção dos Recursos Hídricos e respectivo sub-PDC).

Fonte Financeira	Finalidade PAP	Programa PAP	Ação PAP	Sub-PDC	Sub-Ação POA
Cobrança Federal PAP 2021-2025	02-AGENDA SETORIAL	04-Proteção e conservação dos recursos hídricos	Estruturação, desenvolvimento e realização de programas e projetos destinados a pagamentos por serviços ambientais (PSA) de proteção dos recursos hídricos	4.2 – Soluções baseadas na natureza	02.03.02.01 Implementação de Projetos de PSA



Fonte Financeira	Finalidade PAP	Programa PAP	Ação PAP	Sub-PDC	Sub-Ação POA
Cobrança Federal PAP 2021 2025	02-AGENDA SETORIAL	04 - Proteção e conservação dos recursos hídricos	Estudos, planos, projetos e intervenções destinadas à recuperação ou conservação da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ou outras áreas voltadas à proteção dos recursos hídricos	4.3 – Proteção de Mananciais de Abastecimento Público	02.03.01.08 Unidade Coordenadora de Execução – Prospecção de Áreas 02.03.01.010 Promoção da conservação e recuperação de nascentes e isolamento de fatores de degradação em matas ciliares e áreas de recarga.
Cobrança Federal PAP 2021 2025	02-AGENDA SETORIAL	04 - Proteção e conservação dos recursos hídricos	Estudos, planos, projetos ou intervenções destinadas à conservação de solo para controle da erosão e proteção dos recursos hídricos	4.1 – Controle de Processos Erosivos	02.03.03.02 Conservação de solo para controle da erosão e proteção dos recursos hídricos

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.1. A implementação das ações objeto deste ato convocatório serão custeadas com recursos oriundos da Cobrança PCJ Federal, juntamente com a parcela de **contrapartida** a ser aportada pelos tomadores dos recursos, na modalidade a fundo perdido.



7.2. Os recursos financeiros de cada contrato de financiamento serão depositados pela Agência das Bacias PCJ em conta específica a ele vinculada, aberta pela instituição técnica e financeira em nome do tomador de recurso, após a publicação do extrato do contrato de financiamento no Diário Oficial da União (DOU).

7.2.1. O depósito a que se refere o item 7.2 poderá ocorrer em uma ou mais parcelas, mediante bloqueio.

7.2.2. Os saques na conta serão realizados exclusivamente após cumprimento de obrigações estabelecidas no contrato de financiamento, sequencialmente e em etapas conforme avanço do cronograma físico e financeiro, à exceção das hipóteses de reversão dos recursos à Agência das Bacias PCJ, por inadimplemento contratual.

7.2.3. A contrapartida ao financiamento, se exigível, poderá ser depositada em mais de uma parcela, conforme dispôr o contrato de financiamento.

7.2.4. Os recursos depositados na conta vinculada ao contrato de transferência serão aplicados e os rendimentos decorrentes reverterão à própria conta e, na finalização do contrato, estes rendimentos serão destinados à Agência das Bacias PCJ, não podendo ser utilizado pelo Tomador.

7.3. Para este ato convocatório serão disponibilizados pelos Comitês PCJ recursos oriundos da Cobrança PCJ Federal, conforme disposto no PAP-PCJ, referentes ao exercício de 2023.

7.3.1. Poderão ser aportados, pelos Comitês PCJ, recursos adicionais do orçamento de 2023, provenientes da Cobrança PCJ Federal, para financiamento de ações objeto deste ato convocatório.

7.4. Os recursos financeiros para investimentos do orçamento de 2023, de que trata este ato convocatório, advindos da Cobrança PCJ Federal, serão indicados pelos Comitês PCJ, no respectivo exercício, visando à execução das ações financiáveis e ao atendimento às prioridades e metas constantes do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, conforme a priorização de municípios definida no **Anexo I** e conforme disponibilidade de recursos financeiros.

8. CALENDÁRIO

8.1. Os empreendimentos inscritos no presente ato convocatório passarão pelas seguintes fases de análise, detalhadas no **Quadro 2**:

8.1.1. Pré-qualificação, sendo composta por:

8.1.1.1. Inscrição;

- 8.1.1.2. Divulgação dos municípios inscritos – extrato de propostas;
- 8.1.1.3. Análise Técnica de Pré-Qualificação (Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ e Câmaras Técnicas – CT-RN e CT-RURAL);
- 8.1.1.4. Divulgação dos resultados preliminares da etapa de Pré-Qualificação;
- 8.1.1.5. Período de complementações da etapa de Pré-Qualificação;
- 8.1.1.6. Análise Técnica das complementações da etapa de Pré-Qualificação (Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ);
- 8.1.1.7. Hierarquização e Divulgação dos resultados – Empreendimentos Qualificados;
- 8.1.1.8. Período para apresentação de recursos.
- 8.1.2. Inscrição definitiva dos empreendimentos Qualificados;
- 8.1.2.1 Check List e Análise técnica (Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ);
- 8.1.2.2 Solicitação de complementações e efetivação de ajustes na documentação de inscrição definitiva;
- 8.1.2.3 Efetivação do contrato de transferência por intermédio do Agente Financeiro.
- 8.2 O cronograma do Chamamento Público de Projetos – na temática de “**Proteção e conservação dos recursos hídricos**”, na modalidade fundo perdido, está descrito no **Quadro 2**.
- 8.3 Deverão ser respeitados os prazos previstos na [Deliberação dos Comitês PCJ nº 409/22, de 29/06/2022](#), que “*Estabelece prazos para as diversas fases de execução de empreendimentos indicados pelos Comitês PCJ para serem financiados com recursos FEHIDRO e Cobranças PCJ e contratos existentes e dá outras providências*”, também descritos no [Manual Operativo para Investimento – Modalidade Chamamento Público de Projetos](#).

Quadro 2. Calendário para seleção de propostas.

Item	Etapa	Início	Fim
1	INSCRIÇÃO, PRÉ QUALIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO		
1.1	INSCRIÇÃO		
1.1.1	Período de protocolo de inscrição pelos interessados (priorizados no Anexo I) dos documentos do Anexo IV.	05/12/2022 (segunda-feira)	24/02/2023 (sexta-feira)

Item	Etapa	Início	Fim
1.1.2	Divulgação de extrato de todas as propostas inscritas na página eletrônica da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ.	27/02/2023 (segunda-feira)	
1.2	PRÉ-QUALIFICAÇÃO		
1.2.1	Análise da documentação pela Agência das Bacias PCJ, e pelas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (CT-RN e CT-Rural)	27/02/2023 (segunda-feira)	17/03/2023 (sexta-feira)
1.2.2	Divulgação dos Resultados preliminares da etapa de Pré-qualificação das propostas na página eletrônica da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ	20/03/2023 (segunda-feira)	
1.2.3	Período de complementações da etapa de Pré-qualificação	20/03/2023 (segunda-feira)	24/03/2023 (sexta-feira)
1.2.4	Período de análise técnica das complementações da etapa de Pré-qualificação	27/03/2023 (segunda-feira)	07/04/2023 (sexta-feira)
1.3	QUALIFICAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO		
1.3.1	Hierarquização e Divulgação dos Resultados – Empreendimentos Qualificados	10/04/2023 (segunda-feira)	
1.3.2	Período para apresentação de recursos a serem apreciados em reunião da CT-PL	10/04/2023 (segunda-feira)	14/04/2023 (sexta-feira)
1.3.3	Reunião da CT-PL para apreciação de eventuais pedidos de recurso apresentados pelos proponentes	28/04/2023 (sexta-feira)	
1.3.4	Inscrição definitiva dos	01/05/2023	12/05/2023



Item	Etapa	Início	Fim
	empreendimentos Qualificados	(segunda-feira)	(sexta-feira)
1.3.5	Check-List e Análise Técnica	15/05/2023 (segunda-feira)	19/05/2023 (sexta-feira)
1.3.6	Solicitação de complementações e efetivação de ajustes na documentação de inscrição definitiva	22/05/2023 (segunda-feira)	26/05/2023 (sexta-feira)
1.3.7	Emissão de Declaração de Adequação Técnica e Financeira, pela Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ e divulgação da classificação dos empreendimentos em ordem decrescente de pontuação estabelecida pelo Anexo I.	Até 31/05/2023 (quarta-feira)	
2	EFETIVAÇÃO DO CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA – EMPREENDIMENTOS QUALIFICADOS		
2.1	Período de protocolo da documentação pela Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ junto ao Agente Financeiro	Conforme prazos regulamentares definidos nas DGPOs CAIXA e contrato de prestação de serviços junto à Agência PCJ.	

8.4 Caso existam empreendimentos classificados na lista de suplência em 2023 devido a indisponibilidade de recursos, estes ficarão sujeitos a um segundo calendário para as fases de análise técnica e classificação das propostas e poderão ser indicados até o final da vigência do PAP PCJ 2021-2025, mediante disponibilidade de recursos, a critérios dos Comitês PCJ.



9. DAS INSCRIÇÕES E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

9.1. As inscrições no presente ato convocatório serão efetivadas mediante a entrega de toda a documentação prevista nos **Anexos IV e V**, nas datas discriminadas no item 8 – Calendário. A Agência das Bacias PCJ divulgará na sua página da internet (<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/assessoria-ambiental/editais/>), os modelos dos documentos necessários a serem apresentados, bem como o endereço eletrônico para cadastro da proposta junto à Agência das Bacias PCJ.

9.1.1. Os protocolos de documentação serão totalmente em meio digital e serão realizados por meio do endereço: editalmananciais@agencia.baciaspcj.org.br

9.1.2. O **Anexo IV** contém a relação dos documentos necessários para apresentação de empreendimentos visando à obtenção de recursos da Cobrança PCJ Federal para o exercício de 2023, no período definido no item 8, referente a fase de PRÉ QUALIFICAÇÃO deste ato convocatório, na modalidade a fundo perdido.

9.1.3. O **Anexo V** contém a relação dos documentos para apresentação de empreendimentos visando à obtenção de recursos da Cobrança PCJ Federal para o exercício 2023, no período definido no item 8 deste ato convocatório, referente a fase de EFETIVAÇÃO DO CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA, na modalidade a fundo perdido, para os empreendimentos pré-qualificados.

9.1.4. Os arquivos devem estar em formato digital editável (quando aplicável) e em formato PDF, conforme discriminado na listagem de documentação constante nos **Anexos IV e V**.

9.1.4.1. Somente serão aceitas assinaturas eletrônicas mediante uso de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, preferencialmente, ou assinatura eletrônica no âmbito da Plataforma Gov.br. No caso de candidatos a tomadores de recursos serem do segmento estados e municípios, a assinatura eletrônica no âmbito da Plataforma SEI poderá ser utilizada desde que o ente demonstre que existe norma regional que reconheça a validade da assinatura na referida Plataforma;

9.1.4.2. A digitalização de documentos físicos pelo tomador de recursos deve estar em conformidade com o Decreto nº 10.278, de 18/03/2020. Após a digitalização, o responsável incluirá declaração com a devida especificação dos documentos digitalizados, informando que estes foram digitalizados em conformidade com o Decreto nº 10.278, de 18/03/2020, que confere com o original e inclui sua assinatura eletrônica no padrão ICP Brasil.



9.1.5. Somente estarão habilitados para a Fase de EFETIVAÇÃO DE CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA (**Quadro 2**, do item 8) os empreendimentos que tenham sido submetidos à análise de pré-qualificação, ou seja, que obtiveram a Declaração de Adequação Técnica e Financeira descrita no **Quadro 2**, do item 8.

9.2. Cada inscrição corresponderá a um único empreendimento com um único objeto pleiteado, dentre os possíveis, e deverá ser proposto pelo candidato a tomador.

9.2.1 A caracterização de um único objeto se dá pela classificação nos itens de A) a F), conforme descrito no Quadro 3, respeitados os valores limites definidos para cada um deles, no **Anexo III**.

9.2.2 Quando o pleito se tratar de mais de uma intervenção dentro do mesmo objeto, de A) a F), o conjunto de intervenções não poderá ultrapassar os valores limites estabelecidos no **Anexo III**.

9.3. Empreendimentos que não foram inscritos dentro dos prazos e regras estipulados neste ato convocatório não poderão ser incluídos em qualquer lista de suplência do referido exercício.

9.4. A Agência das Bacias PCJ terá a função de contatar, via telefone e/ou *e-mail*, o representante de contato dos candidatos a tomadores, caso verifique a ausência de algum documento obrigatório para fins de complementação.

9.4.1. As solicitações de complementação deverão ser atendidas pelo tomador no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após o comunicado formal, sendo que outros possíveis ajustes poderão ser feitos no período de avaliação dos empreendimentos.

9.5. O Ato Convocatório estará disponível na íntegra nos sítios eletrônicos da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ, a partir do dia 16/11/2022 (quarta-feira) às 08h00, conforme segue: <https://agencia.baciaspcj.org.br/assessoria-ambiental/editais/> e <https://www.comitespcj.org.br/>.

9.6. A Agência das Bacias PCJ elaborou o Manual Operativo para Investimento da modalidade Chamamento Público de Projetos, conforme previsto no artigo 22 na Resolução ANA nº 53/2020, que tem como objetivo auxiliar todos os envolvidos no processo de seleção de empreendimentos a serem financiados com os valores arrecadados com a Cobrança PCJ Federal.

9.7. A Agência das Bacias PCJ manterá plantão de atendimento, por meio de sua assessoria ambiental, para esclarecimentos e informações pelo e-mail: editamananciais@agencia.baciaspcj.org.br e pelo telefone **(19) 3437-2100 – Dígito 9**. Toda comunicação com a **Assessoria Ambiental** da Agência das Bacias PCJ referente



ao presente ato convocatório, seja durante o processo de chamamento ou de execução, deverá ser por meio do referido endereço eletrônico (e-mail).

10. DA ELEGIBILIDADE

10.1 São elegíveis para obtenção de financiamento a fundo perdido na modalidade Chamamento Público de Projetos, para o exercício de 2023, os municípios que constam na listagem de priorização descritas no **Anexo I** e conforme objetos possíveis descritos no item 2 do presente ato convocatório;

10.2 São critérios de elegibilidade do presente ato convocatório e pré-requisitos para a inscrição na fase de PRÉ-QUALIFICAÇÃO, descrita no **Quadro 2**, deste ato convocatório, além do previsto no Manual Operativo para Investimento da modalidade Chamamento Público de Projetos:

10.2.1 O candidato a tomador não poderá ter contratos financiados com recursos da CFURH e das Cobranças PCJ, em execução, celebrados há mais de 4 anos da publicação deste ato convocatório e ainda não finalizados;

10.2.2 Cada empreendimento inscrito deverá possuir apenas um objeto e caso constatada a sua multiplicidade, o tomador de recursos deverá proceder à adequação do empreendimento, conforme solicitação oficial da Agência das Bacias PCJ, visando estabelecer um objeto único;

10.2.3 O Tomador que já obteve financiamentos anteriores com recursos da CFURH ou Cobranças PCJ, deverá ter entregado todos os produtos finais dos contratos já concluídos, relacionados especificamente ao PDC 4 – Proteção dos Recursos Hídricos;

10.2.4 O não atendimento aos critérios de elegibilidade definidos neste item 10 será motivo de INDEFERIMENTO na fase de pré-qualificação e não passará para a fase seguinte.

11. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO

11.1. A Comissão de Seleção e Julgamento foi designada por meio de Portaria Institucional nº 26/2021.

11.2. Caberá à Comissão de Seleção e Julgamento receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à seleção, bem como poderá solicitar assessoria técnica, cabendo aos assessores emitir pareceres quando solicitados pela Comissão, o que deverá fazer parte integrante do processo administrativo.



11.3. A Agência das Bacias PCJ promoverá as análises necessárias, como parte integrante da Comissão de Seleção e Julgamento, com base nos critérios e regulamento estabelecidos no presente ato convocatório, de acordo com a priorização de municípios, com as diretrizes e ações estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035.

11.4. A Declaração de Adequação Técnica e Financeira, destina-se a atestar a adequação dos termos de referência, projetos e orçamentos, relativos aos empreendimentos inscritos, ao padrão de exigência do Agente Técnico (Agência das Bacias PCJ) e do Agente Financeiro (CAIXA), envolvidos no processo de análise e contratação e será anexada pela Agência das Bacias PCJ aos documentos do **Anexo IV**.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação deverá obedecer às disposições a seguir estabelecidas:

12.1.1. O candidato a tomador deverá cumprir todas as regras estabelecidas neste ato convocatório e adequações solicitadas pela Comissão de Seleção e Julgamento durante o presente processo de seleção;

12.1.2. O objeto e conteúdo do empreendimento devem estar adequados e enquadrados ao Plano das Bacias PCJ 2020-2035, incluindo cronograma e custos;

12.1.2.1. A Câmara Técnica de Conservação e Proteção Recursos Naturais dos Comitês PCJ (CT-RN) e a Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) poderão auxiliar nas análises descritas no item 8.

12.1.3. O tomador deverá apresentar toda a documentação listada nos **Anexos IV e V** deste ato convocatório, nos respectivos períodos, constantes do item 8;

12.1.4. O Termo de Referência e/ou Relatório Técnico do Projeto do empreendimento deverá estar adequado às normas técnicas vigentes e exigidas no Manual Operativo para Investimento da modalidade Chamamento Público de Projetos e do Agente Técnico e Agente Financeiro;

12.1.5. O tomador deverá atender todas as exigências e limitações constantes no Manual Operativo para Investimento da modalidade Chamamento Público de Projetos, do Agente Técnico e do Agente Financeiro e dos Comitês PCJ;

12.1.6. Os Tomadores que tiverem empreendimentos, objetos de financiamentos anteriores, com recursos provenientes de indicações dos Comitês PCJ, serão passíveis de vistoria *in loco* para a comprovação do efetivo funcionamento dos equipamentos, quando couber;



12.1.6.1. Observadas irregularidades, os Tomadores serão notificados e ficarão obrigados a efetuar os ajustes necessários até o fim do período de adequação dos empreendimentos deferidos pelos proponentes, em 26/05/2023 (sexta-feira);

12.1.6.2. Em caso de não cumprimento das irregularidades dentro do prazo estipulado no item 12.1.6.1, a Declaração de Adequação Técnica e Financeira não será emitida e o Tomador será declarado inadimplente técnico, podendo fazer parte de lista de suplência para obter recursos no exercício de 2023 mediante a regularização da pendência.

12.1.6.3. O tomador deve estar em situação regular e não possuir pendências junto ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN),

12.1.6.4. O tomador deve apresentar as seguintes certidões válidas quando da inscrição do empreendimento das fases de pré-qualificação, inscrição definitiva e celebração do contrato de transferência:

12.1.6.4.1. Certidão de Regularidade de Débitos Tributários com a Fazenda Estadual inscritos em Dívida Ativa (CDT),

12.1.6.4.2. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF),

12.1.6.4.3. Certidão de Regularidade de Débitos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União,

12.1.6.4.4. Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT),

12.1.6.4.5. Certificado de Regularidade do Município para celebrar Convênios (CRMC), aplicável somente para municípios (administração direta ou indireta);

12.1.6.4.6. Certidão de Regularidade de débitos de tributos mobiliários municipais da sede ou domicílio do licitante, com validade em vigor.

12.1.6.5. O Tomador deve estar em situação de adimplência técnica e financeira junto à ANA e Agência das Bacias PCJ, inclusive em relação aos débitos relativos à cobrança pelo uso de recursos hídricos nas bacias PCJ;

12.1.6.5.1. A adimplência com a cobrança pelo uso de recursos hídricos será verificada pela Agência das Bacias PCJ.

12.1.6.6. O Tomador deve estar em situação de adimplência junto aos agentes técnicos e financeiros da CFURH ou Cobranças PCJ.

12.2. A indicação de cada empreendimento por meio de Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ e posterior celebração de contrato de financiamento via instituição financeira ocorrerá conforme hierarquização elaborada de acordo com os critérios estabelecidos no Plano das Bacias PCJ 2020-2035, enquanto houver disponibilidade de recursos financeiros, se a documentação protocolada estiver completa e com todos os ajustes solicitados.

12.3. Não sendo atendidas as condições descritas no presente ato convocatório, o candidato a tomador será notificado pela Agência das Bacias PCJ para efetuar novo protocolo *online* no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após o contato.

12.4. O **Anexo I** deste ato convocatório contém a priorização dos municípios para a ação financiável, conforme **Quadro 3**.

Quadro 3 - Ações financiáveis conforme PAP 2021-2025 para este Ato Convocatório.

Programa da Política de Mananciais PCJ/ PDC / Sub-PDC	Ações financiáveis	Priorização Anexo
Programa I 4 / 4.1 – Controle de Processos Erosivos	A – Intervenções para controle de erosões e/ou outras técnicas relacionadas à conservação de solo necessárias à adequação ambiental de propriedades rurais constantes de PIPs, voltadas à proteção de mananciais de interesse para o abastecimento público (item 2.1.1.2 do ato convocatório)	I
Programa II 4 / 4.2 – Soluções baseadas na natureza	B – Incentivo econômico a proprietários rurais geradores de serviços ambientais visando prestar apoio às ações de um Programa de PSA municipal (item 2.1.2.1 do ato convocatório). C – Restauração ecológica, podendo ser incluídas no pleito de forma integrada intervenções para reflorestamento, cercamento visando isolamento dos fatores de degradação, controle de erosões e/ou outras técnicas relacionadas à conservação de solo necessárias ao referido reflorestamento, e saneamento rural, voltados à adequação ambiental de propriedades rurais que possuam PIPs, e atreladas a um Programa de PSA	I

Programa da Política de Mananciais PCJ/ PDC / Sub-PDC	Ações financiáveis	Priorização Anexo
	municipal (item 2.1.2.2 do ato convocatório); D – Unidade Coordenadora de Execução – UCE - contratação de empresa visando prestar apoio na estruturação e no monitoramento das ações de um Programa de PSA municipal (item 2.1.2.3 do ato convocatório);	
Programa I 4 / 4.3 – Proteção de mananciais de abastecimento público	E – Unidade Coordenadora de Execução – UCE- Prospecção: contratação de empresa visando prestar apoio na prospecção de áreas em um Projeto/Programa de Proteção de Mananciais municipal (item 2.1.1.4 do ato convocatório); F – Intervenções de Restauração ecológica, podendo ser incluídas intervenções visando reflorestamento, cercamento para isolamento dos fatores de degradação, controle de erosões e/ou outras técnicas relacionadas à conservação de solo necessárias ao referido reflorestamento pleiteado, e saneamento rural, para adequação ambiental de propriedades rurais constantes de PIPs, voltadas à proteção de mananciais de interesse para o abastecimento público (itens 2.1.1.1 e 2.1.1.3 do ato convocatório).	I

12.5. O tomador que não obtiver conformidade técnica e financeira e/ou que não apresentar quaisquer dos documentos exigidos dentro do prazo estipulado conforme o cronograma apresentado no item 8, permanecerá em lista de suplência.

12.6. Os tomadores que constarem na lista de suplência poderão, em nova oportunidade, com data a ser definida e informada pela Agência das Bacias PCJ, apresentar a documentação faltante, sanar as pendências e/ou atender as exigências do presente ato convocatório, visando a obtenção de recursos referentes ao exercício de 2023, atendendo a ordem de hierarquização definida no **Anexo I**.



13. DA HIERARQUIZAÇÃO

13.1. Os critérios de hierarquização serão estabelecidos conforme o tema das ações financiáveis, de acordo com o que estabelece o Plano das Bacias PCJ 2020-2035 e demais critérios estabelecidos pelos Comitês PCJ, de acordo com o disposto no Art. 2º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 368/21, de 24/06/2021 e Resolução ANA nº 53/2020.

13.2. O critério de hierarquização para empreendimentos referentes ao escopo do presente Ato Convocatório foi calculado considerando-se a Priorização Final estabelecida pelo Plano das Bacias PCJ 2020-2035, por município, apresentado no Mapa 3.5 do **Relatório Síntese**, denominado “**Priorização dos Municípios e ACs para o Tema de Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recuperação Florestal**” e **Figura 21.16 – “Mapa síntese – Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga”** do Relatório Final. O resultado da priorização, por município, é apresentado no **Anexo I** deste ato convocatório.

13.2.1. Os critérios selecionados para priorização foram criados a partir da discretização da distribuição proporcional dos seguintes descritores nas Áreas de Contribuição (ACs) a seguir: “i) Situação das nascentes; ii) Déficit de mata ciliar; iii) Áreas de recarga; iv) Demanda florestal; v) Unidades de Conservação; e vi) APP cursos d’água”. O detalhamento da metodologia de cálculo pode ser obtido na íntegra no Plano das Bacias PCJ 2020-2035.

13.2.2. Serão priorizados os empreendimentos inscritos e que constem de objetos localizados nas ACs da classe 5 – Muito Alta, de interesse nos respectivos municípios;

13.2.3. Caso haja recurso disponível e quantidade de empreendimentos insuficientes, envolvendo a classe 5, serão priorizados sequencialmente empreendimentos inscritos localizados nas ACs da classe 4 – Alta;

13.2.4. A priorização dentro de uma mesma classe seguirá o critério de maior representatividade de área absoluta;

13.2.5. Caso ainda seja requerido um último critério de desempate, quando couber, será utilizada a Pontuação total no PMVA-Programa Município Verde-Azul (maior ou igual à mínima estabelecida no Programa), relacionada ao período anterior ao do lançamento do presente ato convocatório;

13.2.6. Após a indicação do empreendimento pelos Comitês PCJ, por meio de Deliberação ad Referendum dos Plenários, aprovada pela CT-PL, o mesmo não será passível de aditamento de valor ou objeto por solicitação de qualquer um dos entes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos envolvidos, devendo qualquer acréscimo de valor ser suportado como contrapartida do tomador.



14. DA ANÁLISE TÉCNICA DO PROJETO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1. A Agência das Bacias PCJ, por meio de sua Assessoria Ambiental, providenciará toda a documentação obtida no processo de seleção e encaminhará as propostas para o Agente Técnico/Financeiro (CAIXA), que procederá à análise técnica para celebração do Contrato de Transferência, conforme normas estipuladas nas Diretrizes Gerais e Procedimentos Operacionais - DGPOs pela Agência das Bacias PCJ e a CAIXA;

14.2. O candidato a tomador será convocado para a etapa de avaliação técnica e financeiro pela CAIXA, seguindo a ordem de hierarquização final das propostas;

14.3. Caberá à CAIXA a verificação da documentação encaminhada e solicitação de eventuais atualizações;

14.3.1. Caso a documentação esteja de acordo com as exigências deste normativo, será feita a homologação pela Agência das Bacias PCJ da proposta aprovada, providenciada a emissão do Contrato de transferência e agendada a sua assinatura para concessão do financiamento a fundo perdido;

14.4. Caso a documentação esteja em desacordo com as exigências normativas, será emitida solicitação de complementação/correção, pela CAIXA, de todos os itens necessários. As propostas serão classificadas e indicadas conforme os recursos disponíveis deliberados pelos Comitês PCJ e os critérios estabelecidos neste ato convocatório.

14.5. Poderão ser mantidos, pela Agência das Bacias PCJ, entendimentos com os candidatos a tomadores no sentido de se promover eventuais alterações nos valores dos investimentos solicitados, com o objetivo de compatibilizar as solicitações com a disponibilidade dos recursos e a maximização dos benefícios.

14.6. O tomador poderá optar por aumentar o valor de contrapartida, fazer adaptações na proposta de maneira a reduzir o orçamento ou retirar o pleito do processo seletivo.

14.7. A Agência das Bacias PCJ divulgará em sua página eletrônica e na dos Comitês PCJ o extrato do resultado do processo de seleção das propostas, que forem devidamente homologadas e celebrados os contratos de transferência.

14.8. A seleção dos empreendimentos corresponde a uma expectativa de contratação, uma vez que estará condicionada ao cumprimento dos requisitos por parte do tomador e à disponibilidade de recursos, não cabendo à Agência das Bacias PCJ nenhuma responsabilidade ou ônus pela não contratação dos empreendimentos classificados e selecionados.



15. DA CONTRATAÇÃO

15.1. O instrumento para celebração de contrato entre a Agência das Bacias PCJ e o tomador de recursos é o Contrato de Transferência. O Agente Financeiro (CAIXA) constará como interveniente anuente no instrumento contratual.

15.2. A Agência das Bacias PCJ celebrará Contrato de Transferência de recursos por intermédio da CAIXA com os tomadores que tiverem seus empreendimentos selecionados e indicados pelos Comitês PCJ. A minuta do contrato de transferência está apresentada no **Anexo VI**.

15.2.1. No **Anexo VI** é apresentado somente um modelo de minuta contratual, podendo variar conforme condições específicas do tomador de recursos e do objeto contratado, não impedindo que a Agência das Bacias PCJ e a CAIXA façam as devidas adaptações, conforme necessário.

15.3. O tomador deverá ter, obrigatoriamente, um responsável técnico pelo projeto, na data da assinatura do contrato, para acompanhamento do empreendimento, conforme ofício de nomeação descrito no **Anexo V**.

15.4. São requisitos para contratação:

15.4.1. Indicação dos Comitês PCJ do empreendimento por meio de Deliberação Ad Referendum;

15.4.2. A análise favorável, pela CAIXA, quanto aos aspectos documentais e técnicos de engenharia e voltados à adequação ambiental;

15.4.3. Abertura de conta vinculada em agência da CAIXA, em nome do tomador dos recursos;

15.4.4. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, válida na data de assinatura do Contrato de Transferência;

15.4.5. Certificado de Regularidade do FGTS, válido na data de assinatura do Contrato de Transferência;

15.4.6. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, válida na data de assinatura do Contrato de Transferência;



15.4.7. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas, válida na data de assinatura do Contrato de Transferência;

15.4.8. Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN), válido na data de assinatura do Contrato de Transferência;

15.4.9. Certidão de Regularidade de Débitos Tributários com a Fazenda Estadual (CDT), válido na data de assinatura do Contrato de Transferência;

15.4.10. Estar adimplente com as Cobranças PCJ, que será informado pela Agência das Bacias PCJ, por meio de comunicação eletrônica.

15.5. Os empreendimentos para os quais a Agência das Bacias PCJ verifique a impossibilidade de atendimento aos requisitos previstos no momento da contratação, serão feitos comunicados formais aos respectivos tomadores nessa situação, o empreendimento será desclassificado, abrindo a possibilidade de convocação do empreendimento subsequente, desde que haja a disponibilidade de recursos financeiros para a indicação.

16. DO DESEMBOLSO E SAQUE DAS PARCELAS

16.1. O desembolso das parcelas será realizado pela Agência das Bacias PCJ após a assinatura do Contrato de Transferência e publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, sendo depositada mediante bloqueio, na conta vinculada ao Contrato de Transferência, em nome do tomador do recurso e conforme cronograma físico financeiro aprovado pelos Agentes Técnico (Agência das Bacias PCJ) e Financeiro (CAIXA).

16.2. O percentual da parcela referente a contrapartida também deverá ser depositado em CONTA, pelo tomador, em conformidade com o cronograma.

16.3. As liberações dos recursos financeiros da conta vinculada acontecerão somente para pagamento de despesas constantes no contrato de transferência ou realizações das devidas aplicações financeiras pela CAIXA.

16.4. Os saques na conta vinculada serão realizados exclusivamente após cumprimento de obrigações estabelecidas no contrato de transferência e conforme cronograma físico financeiro, após aferição da respectiva medição pelo Agente Técnico e pela CAIXA, à exceção das hipóteses de reversão dos recursos à Agência das Bacias PCJ, por inadimplemento contratual.

16.5. As prestações de contas serão feitas ao longo da execução do empreendimento após a sua indicação pelos Comitês PCJ e a celebração do contrato de transferência



entre Agência das Bacias PCJ e o tomador de recursos. São realizadas prestação de contas parciais ao final dos marcos na execução estabelecidos contratualmente e uma prestação de contas final para encerramento formal do empreendimento.

16.6. A prestação de contas parcial ocorre a cada desbloqueio de recursos, durante a execução do contrato, conforme cronograma físico financeiro aprovado, mediante a apresentação, pelo Tomador, dos documentos constantes do **Anexo VII**.

16.6.1. Poderão ser solicitadas documentações complementares ao **Anexo VII** pela Agência das Bacias PCJ e pelos Agentes Técnico e Financeiro conforme necessário.

16.7. Quando do atingimento do objeto do Contrato de Transferência ao término do respectivo projeto, o Tomador fica obrigado a apresentar ao Agente Técnico (Agência das Bacias PCJ) e Financeiro (Caixa) a Prestação de Contas Final dos recursos recebidos, para fazer prova de sua correta e regular aplicação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da última transferência de recursos.

16.8. Os documentos que devem ser apresentados na prestação de contas final e parcial são apresentados no **Anexo VII**.

16.8.1. Poderão ser solicitadas documentações complementares ao **Anexo VII** pela Agência das Bacias PCJ e pelo Agente Técnico e Financeiro conforme necessário.

17. DOS RECURSOS AOS RESULTADOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO

17.1. Os recursos impostos pelo tomador definidos no calendário do presente ato convocatório (item 8) deverão ser protocolados na sede da Agência as Bacias PCJ no prazo estipulado ou remetido no endereço de e-mail editalmananciais@agencia.baciaspcj.org.br.

18. OPERACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

18.1. Os recursos financeiros a serem disponibilizados pelos Comitês PCJ/ Agência das Bacias PCJ para o tomador serão depositados em conta exclusiva específica para cada Contrato de Transferência, vinculada na CAIXA (agente financeiro do programa), de acordo com o cronograma físico-financeiro.

18.2. As condições mais específicas de operacionalização dos recursos financeiros estarão previstas nos contratos de transferência a serem firmados entre a Agência das Bacias PCJ e os tomadores de recurso, por intermédio da CAIXA.



19. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

19.1. A qualquer tempo, o presente Chamamento Público poderá ser revogado, anulado ou cancelado, no todo ou em parte, por decisão unilateral da Agência das Bacias PCJ, em decisão fundamentada, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza do proponente.

20. IMPUGNAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

20.1. Eventuais pedidos de impugnação ao processo de seleção deverão ser protocolados na sede da Agência das Bacias PCJ, presencialmente ou por meio eletrônico, até 3 (três) dias úteis antes do encerramento do prazo para inscrição na fase de Pré-qualificação, por qualquer pessoa física ou jurídica. Os referidos recursos serão julgados antes da divulgação da habilitação e hierarquização preliminar das propostas, sem a promoção de efeito suspensivo imediato. Ademais, não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que, em o tendo aceitado sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

20.2. As impugnações deverão ser protocoladas na sede da Agência as Bacias PCJ no prazo estipulado ou remetido no endereço de e-mail editalmananciais@agencia.baciaspcj.org.br.

21. DESISTÊNCIA

21.1. Caso haja desistência de um dos municípios classificados, poderá ser contratado o próximo colocado na ordem de classificação.

21.2. Se tiver sido feita alguma transferência de recurso anterior à desistência do município, os recursos depositados na conta específica deverão ser devolvidos à Agência das Bacias PCJ em até 10 dias úteis.

21.3. Caso haja desistência após o início do empreendimento, a Agência das Bacias PCJ deverá ser ressarcida pelo desistente de todos os recursos investidos no empreendimento, com as devidas correções monetárias, uma vez que o objetivo final não foi atendido.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A Agência das Bacias PCJ poderá adaptar, alterar, incorporar, excluir e divulgar critérios fixados neste ato convocatório, bem como o cronograma, tendo em vista proceder a ajustes necessários, provenientes do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), do Conselho Estadual (SP) de Recursos Hídricos, da ANA, dos agentes financeiros das cobranças e do Governo Federal.



22.2. Os empreendimentos inscritos que apresentarem todos os documentos exigidos neste ato convocatório, conforme atestado a ser emitido pela Agência das Bacias PCJ, serão indicados em 2023 por meio de deliberação dos Comitês PCJ, podendo ser *ad referendum* dos Plenários, após aprovação da CT-PL dos Comitês PCJ, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros no respectivo exercício e modalidade de financiamento, conforme ordem de priorização definida neste ato convocatório.

22.3. Fica vedada a participação de empreendimentos no processo de obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal, referentes ao orçamento de 2023, que:

22.4. Não constem na relação de prioridades elencadas no **Anexo I** do presente ato convocatório;

22.5. Não tenham sido inscritos no início do processo, conforme datas constantes no item 8 deste ato convocatório, independentemente da justificativa apresentada.

22.6. Os empreendimentos inscritos conforme os critérios desse ato convocatório, segundo as prioridades para cada temática, que não forem indicados no exercício de 2023, farão parte de uma lista de suplentes para indicação, e poderão ser indicados até o final da vigência do PAP PCJ 2021 - 2025 mediante disponibilidade de recursos, a critérios dos Comitês PCJ., a critério dos Comitês PCJ

22.7. As prioridades para cada temática estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 continuarão a ser objetos dos futuros editais até nova revisão do referido plano.

22.8. Havendo saldo resultante de recursos não aplicados nas ações do presente edital, ficará disponível para novo período de inscrição a ser publicado por meio de novos editais de chamamento público para as ações supracitadas, com vistas a atender o máximo de municípios prioritários nas respectivas temáticas.

22.9. Caberá à Agência das Bacias PCJ a elaboração e divulgação do Manual Operativo para Investimento da modalidade Chamamento Público de Projetos, o qual estabelece diretrizes e orientações gerais para elaboração dos pleitos.

22.10. O Manual Operativo para Investimento da modalidade Chamamento Público de Projetos estará disponível para download e consulta no site da Agência das Bacias PCJ (<http://www.agencia.baciaspcj.org.br>).

22.11. Não serão financiados empreendimentos cuja licitação tenha sido realizada antes do período de protocolo da inscrição dos pleitos pelos interessados, bem como antes da aprovação do Agente Técnico e Financeiro.



22.12. Após a indicação do empreendimento pelos Comitês PCJ, não será passível de aditamento de valor ou objeto por solicitação de qualquer um dos entes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos envolvidos, devendo qualquer acréscimo de valor ser suportado pela contrapartida do tomador.

22.13. As dúvidas referentes a este ato convocatório deverão ser dirimidas por intermédio do e-mail editalmananciais@agencia.baciaspcj.org.br.

22.14. Os casos omissos devem ser objeto de análise e definição da Agência das Bacias PCJ e da Comissão de Seleção e Julgamento.

22.15. Este Ato Convocatório entra em vigor na data da publicação do seu extrato em jornal de circulação regional e na página eletrônica da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ.

23. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. **Assessoria Ambiental – Proteção de Mananciais - Editais**. Disponível em: <https://agencia.baciaspcj.org.br/assessoria-ambiental/editais/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

CONSÓRCIO PROFIL RHAMA. **Relatório Final - Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, 2020 a 2035**.

Piracicaba: 2020. Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/folders/1KxJlk2WDSmudIH_WU4AiZBPI6Pb9r0LA>.

Acesso em: 14 nov. 2022.

COMITÊS PCJ. **Deliberação dos Comitês PCJ nº 307/2018**, de 14/12/2018 “Aprova a Revisão da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ - Política de Mananciais PCJ e dá outras providências.” Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-i_twdfLNjht11-UB6hLILqOY1HT4D9_/view. Acesso em: 14 nov. 2022.

COMITÊS PCJ. **Deliberação dos Comitês PCJ nº 417/22**, de 04/10/2022 “Atualiza o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí – PAP-PCJ para o exercício 2021 a 2025, e dá outras providências.” Disponível em: file:///C:/Users/marina.barbosa/Downloads/Delib.Comit%C3%AAAsPCJ-417-22_PAP-PCJ_21-25.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

Piracicaba, 16 de novembro de 2022.

(assinado digitalmente)

SERGIO RAZERA

Diretor-Presidente

15. ANEXO I

I - Priorização dos municípios para ações referentes à situação da área da microbacia objeto do empreendimento, no Plano das Bacias PCJ 2020-2035, com relação à “**Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recuperação Florestal**”, conforme priorização para remoção de fósforo e nitrogênio do Plano das Bacias PCJ 2020-2035.

A) No **Quadro** abaixo estão elencados os 39 municípios priorizados quanto à criticidade na **Classe 5 – Muito Alta Prioridade**:

Ordem de Prioridade considerando classe 5 – Muito Alta Prioridade	Município	Criticidade das Áreas de Contribuição (AC) por município (Km ²)				
		1 Muito baixa	2 Baixa	3 Média	4 Alta	5* Muito Alta
1	Jundiaí	0,09	13,26	24,16	132,7	211
2	Artur Nogueira	0	24,16	4,08	0	149,81
3	Rio Claro	0	72,98	245,15	55,55	115,07
4	Santa Bárbara D'Oeste	80,05	44,83	34,33	1,79	110,08
5	Santo Antônio de Posse	0	10,73	38,31	0	104,9
6	Elias Fausto	0	0	23,41	0	79,3
7	Vargem	0	13,06	53,97	0,01	75,53
8	Santa Gertrudes	0	16,4	25,63	0	56,36
9	Mogi Mirim	0	107,79	0	0	49,85
10	Capivari	0,39	130,95	128,58	11,92	48,64
11	Holambra	0	6,9	4,72	6,12	47,87
12	Bragança Paulista	73,49	76,91	172,82	143,93	45,38
13	Corumbataí	0	0	135,34	52,57	44,99
14	Morungaba	31,9	0,85	5,95	65,85	42,2
15	Engenheiro Coelho	0	0	9,4	0	39,41
16	Iracemópolis	0	16,5	22,97	43,94	31,82
17	Cosmópolis	0	43,39	4,34	75,74	31,27
18	Pedreira	0	0	38,59	39,45	30,57
19	Mombuca	0	55,37	0,31	50,68	27,22
20	Mairiporã	0	0	12,67	0	26,94
21	Jaguariúna	0	44,35	38,12	36,31	22,65
22	Rio das Pedras	33,44	32,07	99,44	35,62	22,26

Ordem de Prioridade considerando classe 5 – Muito Alta Prioridade	Município	Criticidade das Áreas de Contribuição (AC) por município (Km ²)				
		1 Muito baixa	2 Baixa	3 Média	4 Alta	5* Muito Alta
23	Itupeva	83,36	21,08	17,67	57,03	21,74
24	Tuiuti	0	0	98,11	13,15	15,43
25	Cabreúva	0	54,94	50,14	1,53	10,02
26	Cordeirópolis	0	0,39	130,48	0,45	6,03
27	Campinas	40,14	462,65	172,2	116,72	2,97
28	Monte Mor	0	73,98	164,74	0	1,84
29	Limeira	29,91	81,29	373,95	93,66	1,37
30	Atibaia	74,99	99,73	139,53	161,95	1,19
31	Pedra Bela	0	69,85	23,5	64,13	1,07
32	Amparo	91,68	86,96	147,15	63,64	0,92
33	Várzea Paulista	0,72	33,72	0	0	0,68
34	Indaiatuba	9,54	1,75	169,02	81,82	0,37
35	Nova Odessa	0	32,56	0,49	41,03	0,28
36	Louveira	0	0	0,23	54,69	0,23
37	Nazaré Paulista	17,83	201,36	51,06	0,31	0,1
38	Campo Limpo Paulista	41,96	0,23	0,08	36,02	0,06
39	Extrema	0	97,24	136,63	10,34	0,03

*No quadro acima foram priorizados os municípios com criticidade Muito Alta (Classe 5), em ordem decrescente de quantidade de área absoluta na Classe 5.

B) No **Quadro** abaixo estão elencados os 56 municípios priorizados quanto à criticidade na **Classe 4 - Alta Prioridade**:

Ordem de Prioridade considerando classe 4 – Alta Prioridade	Município	Criticidade das Áreas de Contribuição (AC) por município (Km ²)				
		1 Muito Baixa	2 Baixa	3 Média	4* Alta	5 Muito Alta
1	Piracicaba	139,97	248,4	362,76	284,33	0
2	Camanducaia	0	276,33	6,68	216,01	0
3	Atibaia	74,99	99,73	139,53	161,95	1,19



Ordem de Prioridade considerando classe 4 – Alta Prioridade	Município	Criticidade das Áreas de Contribuição (AC) por município (Km ²)				
		1 Muito Baixa	2 Baixa	3 Média	4* Alta	5 Muito Alta
4	Itirapina	0,23	36,87	105,36	158,01	0
5	Bragança Paulista	73,49	76,91	172,82	143,93	45,38
6	Jundiaí	0,09	13,26	24,16	132,7	211
7	Itapeva	0	49,33	0	127,19	0
8	São Pedro	30,05	384,11	15,58	122,82	0
9	Charqueada	0,93	15,07	37,88	122,24	0
10	Campinas	40,14	462,65	172,2	116,72	2,97
11	Sapucaí-Mirim	0	0,24	0	102,77	0
12	Valinhos	20,92	30,99	0,74	95,98	0
13	Limeira	29,91	81,29	373,95	93,66	1,37
14	Indaiatuba	9,54	1,75	169,02	81,82	0,37
15	Bom Jesus dos Perdões	0	14,27	16,78	76,75	0
16	Cosmópolis	0	43,39	4,34	75,74	31,27
17	Morungaba	31,9	0,85	5,95	65,85	42,2
18	Ipeúna	0	125,8	0,15	64,3	0
19	Pedra Bela	0	69,85	23,5	64,13	1,07
20	Paulínia	0	75,14	0	63,64	0
21	Amparo	91,68	86,96	147,15	63,64	0,92
22	Itu	0	4,7	0,12	62,92	0
23	Itupeva	83,36	21,08	17,67	57,03	21,74
24	Rio Claro	0	72,98	245,15	55,55	115,07
25	Pinhalzinho	0	49,34	50,12	55,05	0
26	Louveira	0	0	0,23	54,69	0,23
27	Corumbataí	0	0	135,34	52,57	44,99
28	Mombuca	0	55,37	0,31	50,68	27,22
29	Iracemápolis	0	16,5	22,97	43,94	31,82
30	Vinhedo	0	0,24	39,32	42,06	0
31	Jarinu	0,01	35,42	130,98	41,23	0
32	Nova Odessa	0	32,56	0,49	41,03	0,28



Ordem de Prioridade considerando classe 4 – Alta Prioridade	Município	Criticidade das Áreas de Contribuição (AC) por município (Km ²)				
		1 Muito Baixa	2 Baixa	3 Média	4* Alta	5 Muito Alta
33	Pedreira	0	0	38,59	39,45	30,57
34	Jaguariúna	0	44,35	38,12	36,31	22,65
35	Campo Limpo Paulista	41,96	0,23	0,08	36,02	0,06
36	Rio das Pedras	33,44	32,07	99,44	35,62	22,26
37	Americana	0	89,09	23,47	21,45	0
38	Tuiuti	0	0	98,11	13,15	15,43
39	Salto	0	0	21,47	12,8	0
40	Capivari	0,39	130,95	128,58	11,92	48,64
41	Extrema	0	97,24	136,63	10,34	0,03
42	Saltinho	0	0,45	21,91	7,1	0
43	Holambra	0	6,9	4,72	6,12	47,87
44	Sumaré	0	57,86	90,31	5,43	0
45	Itatiba	68,84	72,68	177,79	2,94	0
46	Santa Bárbara D'Oeste	80,05	44,83	34,33	1,79	110,08
47	Cabreúva	0	54,94	50,14	1,53	10,02
48	Piracaia	123,01	259,96	0,13	1,25	0
49	Águas de São Pedro	0	5,01	0	0,54	0
50	Rafard	0	36,48	41,31	0,48	0
51	Cordeirópolis	0	0,39	130,48	0,45	6,03
52	Nazaré Paulista	17,83	201,36	51,06	0,31	0,1
53	Joanópolis	0	88,12	285,44	0,3	0
54	Monte Alegre do Sul	2,2	16,73	91,22	0,16	0
55	Hortolândia	0,18	3,68	58,41	0,03	0
56	Vargem	0	13,06	53,97	0,01	75,53

*No quadro acima foram priorizados os municípios com criticidade Alta (Classe 4), em ordem decrescente de quantidade de área absoluta na Classe 4.

Os municípios que protocolarem propostas de financiamento de empreendimentos e forem pré-qualificados efetivamente, serão hierarquizados em ordem decrescente, conforme descrito abaixo:

Primeiro critério – municípios com áreas de abrangência de objeto pertencentes à classe 5 – muito alta prioridade, da maior área absoluta para a menor;

Segundo critério – municípios com áreas de abrangência de objeto pertencentes à classe 4 – alta prioridade, da maior área absoluta para a menor, logo abaixo da menor área absoluta classificada na classe 5;

Terceiro critério – municípios com áreas de abrangência de objeto pertencentes às classes 3, 2 ou 1 – média, baixa ou muito baixa prioridade, da maior área absoluta para a menor, serão hierarquizados na sequência e após os empreendimentos das classes 5 e 4, com preferência para a classe 3. Havendo disponibilidade de recursos, o mérito para atendimento será avaliado no âmbito das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (CT-RURAL e CT-RN) e sua CT-PL.

17. ANEXO II

18. LIMITES DE CONTRAPARTIDA A SER OFERECIDA POR MUNICÍPIO

I - Os empreendimentos classificados no âmbito dos Programas I e II da Política de Mananciais PCJ, terão como contrapartida mínima os percentuais detalhados abaixo:

ID	Município	Percentagem mínima de contrapartida
1	Campinas	32%
2	Jundiaí	27%
3	Piracicaba	25%
4	Paulínia	23%
5	Sumaré	21%
6	Limeira	21%
7	Indaiatuba	21%
8	Hortolândia	20%
9	Americana	19%
10	Rio Claro	18%
11	Itu	17%
12	Louveira	17%
13	Sta. Bárbara d'Oeste	16%
14	Bragança Paulista	16%
15	Vinhedo	15%
16	Valinhos	15%
17	Atibaia	15%
18	Botucatu	15%
19	Itatiba	15%
20	Jaguariúna	15%
21	Salto	15%
22	Extrema - MG	14%
23	Mogi Mirim	13%
24	Várzea Paulista	13%
25	Itupeva	13%
26	Amparo	12%
27	Mairiporã	12%
28	Nova Odessa	12%
29	Cabreúva	12%
30	Iracemápolis	12%
31	Campo Limpo Paulista	11%
32	Monte Mor	11%
33	Cosmópolis	10%
34	Capivari	9%
35	Cordeirópolis	8%
36	Tietê	8%
37	Pedreira	8%
38	Artur Nogueira	8%
39	Rio das Pedras	8%
40	Socorro	8%
41	Jarinu	8%



ID	Município	Percentagem mínima de contrapartida
42	Sta. Gertrudes	8%
43	Serra Negra	7%
44	Dois Córregos	6%
45	Sto. Antônio de Posse	6%
46	Piracaia	6%
47	Holambra	6%
48	Bom Jesus dos Perdões	6%
49	São Pedro	5%
50	Águas de São Pedro	5%
51	Elias Fausto	5%
52	Camanducaia-MG	5%
53	Engenheiro Coelho	5%
54	Itirapina	5%
55	Morungaba	5%
56	Charqueada	5%
57	Ipeúna	5%
58	Saltinho	5%
59	Pinhalzinho	5%
60	Nazaré Paulista	5%
61	Rafard	5%
62	Torrinha	5%
63	Joanópolis	5%
64	Monte Alegre do Sul	5%
65	Itapeva-MG	5%
66	Analândia	4%
67	Corumbataí	4%
68	Vargem	4%
69	Tuiuti	4%
70	Anhembi	4%
71	Mombuca	3%
72	Sta. Maria da Serra	3%
73	Pedra Bela	3%
74	Sapucaí-Mirim-MG	3%
75	Toledo-MG	3%

II - Os empreendimentos classificados no âmbito do Programa II, para a ação constante do item deste ato convocatório, 2.1.2.1. Pagamento do incentivo econômico a proprietários cujas áreas sejam produtoras de serviços ambientais, deverão ter como **contrapartida obrigatória valor igual ao pleiteado (correspondente a 50% do valor global do empreendimento)**, para ser aplicado por igual período de pagamento do Incentivo Econômico via contrato de repasse.

19. ANEXO III

VALORES LIMITES DE FINANCIAMENTO E GLOBAL POR EMPREENDIMENTO

I - Os empreendimentos classificados no âmbito dos Programas I e II da Política de Mananciais PCJ, deverão ter como valores limites mínimos de financiamento R\$150 mil reais, acrescidos do percentual mínimo de contrapartida constante do Anexo II.

II - Os valores Globais máximos dos empreendimentos deverão seguir a Quadro abaixo, de acordo com a característica do objeto pleiteado.

Programa da Política de Mananciais PCJ/ PDC / Sub-PDC	Ações financiáveis	Valores mínimos e máximos a serem pleiteados (repass)
Programa I 4 / 4.1 – Controle de Processos Erosivos	A – Intervenções para controle de erosões e/ou outras técnicas relacionadas à conservação de solo necessárias à adequação ambiental de propriedades rurais constantes de PIPs, voltadas à proteção de mananciais de interesse para o abastecimento público (item 2.1.1.2 do ato convocatório)	A – R\$150.000,00 a R\$ 200.000,00
Programa II 4 / 4.2 – Soluções baseadas na natureza	B – Incentivo econômico a proprietários rurais geradores de serviços ambientais visando prestar apoio às ações de um Programa de PSA municipal (item 2.1.2.1 do ato convocatório).	B – R\$150.000,00 a R\$ 200.000,00
	C – Restauração ecológica, podendo ser incluídas no pleito de forma integrada intervenções para reflorestamento, cercamento visando isolamento dos fatores de degradação, controle de erosões e/ou outras técnicas relacionadas à conservação de solo necessárias ao referido reflorestamento, e saneamento rural, voltados à adequação ambiental de propriedades rurais que possuam PIPs, e atreladas a um Programa de PSA municipal (item 2.1.2.2 do ato convocatório);	C – R\$150.000,00 a R\$ 800.000,00
	D – Unidade Coordenadora de Execução – UCE Monitoramento - contratação de empresa visando prestar apoio na estruturação e no monitoramento das ações de um Programa de PSA municipal (item 2.1.2.3 do ato convocatório);	D – R\$150.000,00 a R\$ 200.000,00
Programa I 4 / 4.3 – Proteção de mananciais de abastecimento público	E – Unidade Coordenadora de Execução – UCE-Prospecção: contratação de empresa visando prestar apoio na prospecção de áreas em um Projeto/Programa de Proteção de Mananciais municipal (item 2.1.1.4 do	E – R\$150.000,00 a R\$ 200.000,00



Programa da Política de Mananciais PCJ/ PDC / Sub-PDC	Ações financiáveis	Valores mínimos e máximos a serem pleiteados (repass)
	<p>ato convocatório);</p> <p>F – Intervenções de Restauração ecológica, podendo ser incluídas intervenções visando reflorestamento, cercamento para isolamento dos fatores de degradação, controle de erosões e/ou outras técnicas relacionadas à conservação de solo necessárias ao referido reflorestamento pleiteado, e saneamento rural, para adequação ambiental de propriedades rurais constantes de PIPs, voltadas à proteção de mananciais de interesse para o abastecimento público (itens 2.1.1.1 e 2.1.1.3 do ato convocatório).</p>	<p>F – R\$150.000,00 a R\$ 800.000,00</p>

20. ANEXO IV

INSCRIÇÕES PRÉ-QUALIFICAÇÃO: de 05/12/2022 a 24/02/2023.

I - A relação de documentos **obrigatórios** para apresentação de propostas visando a obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal, na fase de pré-qualificação (para financiamento a fundo perdido) é descrita a seguir.

REQUISITOS TÉCNICOS PARA A ELEGIBILIDADE NOS PROGRAMAS I e II DA POLÍTICA DE MANANCIAS PCJ.

Documento	Especificações	Nº de vias/ formato
Documentação para Elegibilidade Programa I		
a) Ficha resumo do empreendimento assinada pelo representante legal.	Formulário devidamente preenchido, vide modelo.	01 via (.doc) e 01 via (.pdf)
b) Lei municipal ou instrumento que institui o Programa de Proteção de Mananciais do município.	Cópia da Lei municipal ou instrumento correlacionado.	01 via (.pdf)
c) Comprovação da existência de UGP instituída, com representação do setor rural (vide Procedimentos Operacionais – Programa I, Política de Mananciais PCJ).	- Cópia do regimento interno da UGP (vide modelo do ANEXO V-3, da Política de Mananciais PCJ – Deliberação dos Comitês PCJ nº 307/2018 devidamente assinado por todos os membros; e - Ata da reunião de criação da UGP, devidamente assinada por todos os participantes, com lista de presença.	01 via (.pdf) de cada um dos documentos
d) Termo de Referência visando à contratação das intervenções ou serviços pleiteados, com a identificação, diagnóstico e caracterização da bacia hidrográfica prioritária para abastecimento público.	Termo de Referência contendo: g1) Identificação, diagnóstico ambiental e caracterização da microbacia hidrográfica objeto da proposta de empreendimento, com delimitação via base cartográfica e layout de mapa.	01 via (.pdf) – Relatório e Layout de mapa 01 via (.shp, .gdb, .kml, .kmz) – Base cartográfica

Documento	Especificações	Nº de vias/ formato
e) Termos de Interesse de Participação (ANEXO V-5 da Política), e Concordância e Compromisso (ANEXO V-6 da Política) dos proprietários rurais, conforme pertinência das etapas do programa a ser proposto, desenvolvido ou, que esteja em desenvolvimento – Exceto OBJETO E.	Conforme a etapa pertinente do Programa do Projeto, cópias dos Termos devidamente assinados (para todas as propriedades da área objeto do pleito): h1) Termos de Interesse de Participação – para adesão ao Programa de PSA e aceite formal da execução das intervenções de restauração; h2) Termos de Concordância e Compromisso – após a execução das intervenções de intervenções, para formalização do compromisso do proprietário pelo zelo pela área restaurada.	01 via (.pdf) de cada um dos documentos.
f) Projetos Integrais de Propriedade – PIPs – Exceto OBJETO E.	Projetos Integrais de Propriedade – PIPs das propriedades envolvidas, contendo diagnóstico e projeto executivo, conforme conteúdo mínimo estabelecido na Política de Mananciais PCJ.	01 via (.pdf) de cada um dos PIPs.
g) Planilha de Orçamento detalhada.	Apresentar a planilha devidamente preenchida com orçamento detalhado e previsão de parcelas a serem desembolsadas conforme horizonte do empreendimento, incluindo eventuais reajustes progressivos das parcelas de PSA anualmente, conforme índices de referência.	01 via (.xls/.xlsx) e 01 via (.pdf)
h) Cronograma Físico-Financeiro detalhado.	Apresentar a planilha devidamente preenchida com orçamento detalhado e previsão de parcelas a serem desembolsadas conforme horizonte do empreendimento, incluindo eventuais reajustes progressivos das parcelas de PSA anualmente, conforme índices de referência.	01 via (.xls/.xlsx) e 01 via (.pdf)
i) Pontuação total no PMVA-Programa Município Verde-Azul (maior ou igual à mínima estabelecida no Programa), relacionada ao período anterior ao do lançamento do presente Edital.	Documentação comprovante de inscrição no PMVA e comprovação oficial de pontuação no ranking do Programa.	01 via (.pdf).

Documento	Especificações	Nº de vias/ formato
j) Autorização para intervenção em APP; autorização para supressão de indivíduos isolados e/ou outros documentos pertinentes à autorização junto aos órgãos ambientais relacionados, aplicáveis à implementação de intervenções – como couber. Exceto OBJETO E.	Documentação oficial pertinente.	01 via (.pdf).

Documento	Especificações	Nº de vias/ formato
Documentação para Elegibilidade Programa II		
a) Ficha resumo do empreendimento assinada pelo representante legal.	Formulário devidamente preenchido, vide modelo.	01 via (.doc) e 01 via (.pdf)
b) Lei municipal que institui o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, vide modelo sugestivo do ANEXO VI-1 da Política de Mananciais PCJ – Deliberação dos Comitês PCJ nº307/2018.	Cópia da Lei municipal de PSA com efetiva regulamentação. Caso a Lei não apresente elementos de regulamentação, apresentar também o Decreto Regulamentador, vide alínea c).	01 via (.pdf)
c) Decreto regulamentador da lei municipal que institui o Programa de PSA, quando couber.	Cópia do Decreto que regulamenta a Lei municipal de PSA, caso exista.	01 via (.pdf)
d) Comprovação de possuir Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), legalmente constituído por lei e decreto, representativo e deliberativo, cujo membro, coordenação ou presidência participe da Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP).	Cópias dos seguintes documentos: - Lei que cria o COMDEMA e Decreto Regulamentador, com descrição das atribuições (podendo ser descritas na mesma Lei de criação do COMDEMA); - Comprovação de participação de membro do COMDEMA/CMDR, na UGP: Ofício de indicação do membro ou Regimento Interno da UGP – composição e representação devidamente assinado por todos os membros; Ata de criação da UGP devidamente assinada por todos os participantes, com lista de presença.	01 via (.pdf) de cada um dos documentos

Documento	Especificações	Nº de vias/ formato
e) Comprovação da existência de UGP instituída, com representação do setor rural (vide Procedimentos Operacionais – Programa I da Política de Mananciais PCJ).	- Cópia do regimento interno da UGP (vide modelo do ANEXO V-3, da Política de Mananciais PCJ – Deliberação dos Comitês PCJ nº 307/2018 devidamente assinado por todos os membros; e - Ata da reunião de criação da UGP, devidamente assinada por todos os participantes, com lista de presença.	01 via (.pdf) de cada um dos documentos
f) Comprovação da existência de Fundo Municipal específico para PSA instituído (FMPSA), ou rubrica específica para PSA em Fundo de Meio Ambiente.	Cópia da mesma Lei de criação do Programa de PSA ou, de legislação específica que trata do FMPSA ou rubrica específica para PSA em Fundo de Meio Ambiente, demonstrando a existência.	01 via (.pdf) de cada um dos documentos.
g) Termo de Referência visando à contratação das intervenções ou serviços pleiteados, com a identificação, diagnóstico e caracterização da bacia hidrográfica prioritária para abastecimento público e do Programa de PSA.	Termo de Referência contendo: g1) Identificação, diagnóstico ambiental e caracterização da microbacia hidrográfica objeto da proposta de empreendimento, com delimitação via base cartográfica e layout de mapa; g2) Caracterização geral do Programa de PSA municipal, incluindo descritivo e demonstração da metodologia e da valoração do PSA municipal e sua periodicidade.	01 via (.pdf) – Relatório e Layout de mapa 01 via (.shp, .gdb, .kml, .kmz) – Base cartográfica
h) Termos de Interesse de Participação (ANEXO V-5 da Política), e Concordância e Compromisso (ANEXO V-6 da Política) dos proprietários rurais, conforme pertinência das etapas do programa a ser proposto, desenvolvido ou, que esteja em desenvolvimento.	Conforme a etapa pertinente do Programa de PSA, cópias dos Termos devidamente assinados (para todas as propriedades da área objeto do pleito): h1) Termos de Interesse de Participação – para adesão ao Programa de PSA e aceite formal da execução das intervenções de restauração; h2) Termos de Concordância e Compromisso – após a execução das intervenções de restauração, para formalização do compromisso do proprietário pelo zelo pela área restaurada.	01 via (.pdf) de cada um dos documentos.

Documento	Especificações	Nº de vias/ formato
i) Projetos Integrais de Propriedade – PIPs.	Projetos Integrais de Propriedade – PIPs das propriedades envolvidas, contendo diagnóstico e projeto executivo, conforme conteúdo mínimo estabelecido na Política de Mananciais PCJ.	01 via (.pdf) de cada um dos PIPs.
j) Plano de Sustentabilidade Financeira e Contrapartida para garantia de recursos financeiros pelo mesmo período do repasse pela Agência das Bacias PCJ (dois anos).	j1) Relatório com estrutura de Plano, contendo descritivo orçamentário (planilha) para o horizonte do Programa de PSA, com justificativas, dados e argumentos que comprovem a continuidade do mesmo após a finalização do período de financiamento pela Agência das Bacias PCJ (conforme cronograma - objetos a) e b) ou no máximo 2 anos para o objeto c)), sendo que para o caso do objeto c) deve ser no mínimo, o mesmo período do financiamento, via FMPSA ou rubrica específica para PSA. j2) Comprovante de provisão de contrapartida (Plano Orçamentário/ Plurianual).	01 via (.doc) e 01 via (.pdf) – Relatório/Plano 01 via (.pdf) – Plano Orçamentário/Plurianual (planilha)
k) Planilha de Orçamento detalhada.	Apresentar a planilha devidamente preenchida com orçamento detalhado e previsão de parcelas a serem desembolsadas conforme horizonte do empreendimento, incluindo eventuais reajustes progressivos das parcelas de PSA anualmente, conforme índices de referência.	01 via (.xls/.xlsx) e 01 via (.pdf)
l) Cronograma Físico-Financeiro detalhado.	Apresentar a planilha devidamente preenchida com orçamento detalhado e previsão de parcelas a serem desembolsadas conforme horizonte do empreendimento, incluindo eventuais reajustes progressivos das parcelas de PSA anualmente, conforme índices de referência.	01 via (.xls/.xlsx) e 01 via (.pdf)

Documento	Especificações	Nº de vias/ formato
m) Pontuação total no PMVA-Programa Município Verde-Azul (maior ou igual à mínima estabelecida no Programa), relacionada ao período anterior ao do lançamento do presente Edital.	Documentação comprovante de inscrição no PMVA e comprovação oficial de pontuação no ranking do Programa.	01 via (.pdf).
n) Autorização para intervenção em APP; autorização para supressão de indivíduos isolados e/ou outros documentos pertinentes à autorização junto aos órgãos ambientais relacionados, aplicáveis à implementação de intervenções – como couber.	Documentação oficial pertinente.	01 via (.pdf).

DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL EXIGIDA PARA A COMPROVAÇÃO DE ELEGIBILIDADE NOS PROGRAMAS I e II DA POLÍTICA DE MANANCIAS PCJ.

Item	Documento
01	Ficha Resumo do empreendimento assinada pelo representante legal, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato editável e em PDF/A
02	Cronograma Físico-Financeiro (formato Caixa Econômica Federal - CAIXA), assinado pelo representante legal, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato editável e em PDF/A
03	Planilha de Orçamento detalhado referenciado em tabelas de referência pública como: MPO FEHIDRO, tabela SINAPI, da SABESP, da COPASA, da CPOS, do DER, entre outras entidades, ou cotações de mercado, com indicação do BDI, assinada pelo representante legal, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato editável e em PDF/A
04	Manifestação informando qual o regime de contribuição previdenciária adotado , se 20% sobre a folha de pagamentos (SEM DESONERAÇÃO) ou se 4,5% sobre o faturamento (COM DESONERAÇÃO)
05	Plano de Trabalho assinado pelo representante legal, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato editável e em PDF/A
06	Quadro de Composição de Investimento – QCI (formato Caixa Econômica Federal - CAIXA), assinado pelo representante legal, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato editável e em PDF/A

Item	Documento
07	Termo de Compromisso de Contrapartida (formato Caixa Econômica Federal - CAIXA), assinado pelo representante legal, acompanhada de cópia do demonstrativo orçamentário específico, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato editável e em PDF/A
08	Para estudos, projetos, serviços e intervenções: Termo de Referência , em formato editável e em PDF/A
09	Documentação de nomeação oficial do gestor do projeto , podendo ser ofício ou portaria, assinado pelo representante legal, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato editável e em PDF/A
10	Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débitos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União , do tomador e dos parceiros (se houver), em formato PDF/A
11	Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) , do tomador e dos parceiros (se houver), em formato PDF/A
12	Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT) , instituída pela Lei Federal nº 12.440/11, do tomador e dos parceiros (se houver), em formato PDF/A
13	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) , do tomador e dos parceiros (se houver), em formato PDF/A
14	Certidão de Regularidade de Débitos Tributários com a Fazenda Estadual (CDT) , do tomador e dos parceiros (se houver), em formato PDF/A
15	Certificado de Regularidade do Município para celebrar Convênios (CRMC) - somente para municípios (administração direta ou indireta), do tomador e dos parceiros (se houver), em formato PDF/A
16	Certidão de Regularidade de débitos de tributos mobiliários municipais da sede ou domicílio do licitante , com validade em vigor, em formato PDF/A

Observações:

a) Os arquivos devem estar em **formato digital editável** (quando aplicável e conforme discriminado na tabela acima) **e em formato PDF/A**;

b) Somente serão aceitas assinaturas eletrônicas mediante uso de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, preferencialmente, ou assinatura eletrônica no âmbito da Plataforma Gov.br. No caso dos tomadores de recursos serem estados e municípios, a assinatura eletrônica no âmbito da Plataforma SEI! pode ser utilizada desde que o ente demonstre que existe norma regional que reconheça a validade da assinatura na referida Plataforma;

c) A digitalização de documentos físicos pelo tomador de recursos deve estar em conformidade com o Decreto nº 10.278, de 18/03/2020. Após a digitalização, o responsável incluirá declaração

com a devida especificação dos documentos digitalizados, informando que estes foram digitalizados em conformidade com o Decreto nº 10.278, de 18/03/2020, que confere com o original e inclui sua assinatura eletrônica no padrão ICP Brasil;

d) Os modelos de documentação estão disponíveis no site da Agência das Bacias PCJ e pode ser acessado pelo link: <https://agencia.baciaspcj.org.br/assessoria-ambiental/editais/> ;

e) O não atendimento aos critérios definidos nos anexos deste ato convocatório, após o período de complementações, será motivo de INDEFERIMENTO na pré-qualificação;

f) O Manual Operativo para Investimento da modalidade Chamamento Público de Projetos e outros documentos oferecidos pela Agência das Bacias PCJ estão disponíveis para download e consulta no site da Agência das Bacias PCJ: <http://www.agencia.baciaspcj.org.br>.

21. ANEXO V

INSCRIÇÃO EMPREENDIMENTOS QUALIFICADOS: De 01/05/2023 até 12/05/2023.

I - A relação de documentos **obrigatórios** para apresentação de propostas para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal na fase de inscrição dos empreendimentos qualificados (para financiamento a fundo perdido) é descrita a seguir:

Item	Documento
01	Ficha Resumo do empreendimento assinada pelo representante legal, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato editável e em PDF/A
02	Cronograma físico-financeiro assinado pelo representante legal, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ
03	Cronograma Físico-Financeiro (formato Caixa Econômica Federal - CAIXA), assinado pelo representante legal, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato editável e em PDF/A
04	Planilha de Orçamento detalhado referenciado em tabelas de referência pública como: MPO FEHIDRO, tabela SINAPI, da SABESP, da COPASA, da CPOS, do DER, entre outras entidades, ou cotações de mercado, com indicação do BDI, assinada pelo representante legal, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato editável e em PDF/A
05	Manifestação informando qual o regime de contribuição previdenciária adotado , se 20% sobre a folha de pagamentos (SEM DESONERAÇÃO) ou se 4,5% sobre o faturamento (COM DESONERAÇÃO)
06	Plano de Trabalho assinado pelo representante legal, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato editável e em PDF/A
07	Quadro de Composição de Investimento – QCI (formato Caixa Econômica Federal - CAIXA), assinado pelo representante legal, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato editável e em PDF/A
08	Termo de Compromisso de Contrapartida (formato Caixa Econômica Federal - CAIXA), assinado pelo representante legal, acompanhada de cópia do demonstrativo orçamentário específico, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato editável e em PDF/A
09	Termo de Referência , em formato editável e em PDF/A, conforme aplicabilidade aos objetos possíveis
10	ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do Conselho da respectiva entidade de classe do profissional responsável pelo empreendimento (Projeto/Termo de Referência e Orçamento) , com o devido comprovante de quitação, em formato PDF/A

Item	Documento
11	Documentação de nomeação oficial do gestor do projeto , podendo ser ofício ou portaria, assinado pelo representante legal, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato editável e em PDF/A
12	Atestado da Câmara Municipal de exercício efetivo de Mandato do prefeito (expedido a partir de janeiro de 2021) - somente para municípios (administração direta) , em formato PDF/A
13	Cópia do Cartão do CNPJ , em formato PDF/A
14	Cópia do RG do Responsável Legal pela entidade, em formato PDF/A
15	Cópia do CPF do Responsável Legal pela entidade, em formato PDF/A
16	Declaração de Adimplência Técnica perante entidades públicas estaduais e federais; de não recebimento de outros recursos públicos para os mesmos itens do objeto a ser financiado, inclusive contrapartida, em papel timbrado, conforme modelo disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ, em formato PDF/A
17	Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débitos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União , do tomador e dos parceiros (se houver)
18	Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) , do tomador e dos parceiros (se houver), em formato PDF/A
19	Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT) , instituída pela Lei Federal nº 12.440/11, do tomador e dos parceiros (se houver), em formato PDF/A
20	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) , do tomador e dos parceiros (se houver), em formato PDF/A
21	Certidão de Regularidade de Débitos Tributários com a Fazenda Estadual (CDT) , do tomador e dos parceiros (se houver), em formato PDF/A
22	Certificado de Regularidade do Município para celebrar Convênios (CRMC) - somente para municípios (administração direta ou indireta), do tomador e dos parceiros (se houver), em formato PDF/A
23	Certidão de Regularidade de débitos de tributos mobiliários municipais da sede ou domicílio do licitante , com validade em vigor, em formato PDF/A
24	Cópia do Ato constitutivo, estatuto, regimento ou contrato social em vigor (para entidades municipais da administração indireta, como autarquias e empresas públicas municipais e estaduais), em formato PDF/A

Item	Documento
25	Cópia da Lei de Criação (para entidades municipais da administração indireta, como autarquias e empresas públicas municipais e estaduais), em formato PDF/A
26	Cópia do Ato de Nomeação ou da Ata da Eleição do Responsável Legal ou da Diretoria atual (para entidades municipais da administração indireta, como autarquias e empresas públicas municipais e estaduais), em formato PDF/A
27	Declaração de regime de execução do empreendimento , assinado pelo representante legal, em formato PDF/A
28	Declaração de manutenção, guarda e operação dos serviços/equipamentos , assinado pelo representante legal (somente para obras e serviços)

Observação:

- a)** Os arquivos devem estar em formato digital editável (quando aplicável e conforme discriminado no quadro acima) **e em formato PDF/A**.
- b)** Os arquivos apresentados durante a fase de inscrição definitiva descrita no presente Anexo devem ser a versão final aprovada após as análises de pré-qualificação.
- c)** Somente serão aceitas assinaturas eletrônicas mediante uso de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, preferencialmente, ou assinatura eletrônica no âmbito da Plataforma Gov.br. No caso dos tomadores de recursos serem estados e municípios, a assinatura eletrônica no âmbito da Plataforma SEI pode ser utilizada desde que o ente demonstre que existe norma regional que reconheça a validade da assinatura na referida Plataforma;
- d)** A digitalização de documentos físicos pelo tomador de recursos deve estar em conformidade com o Decreto nº 10.278, de 18/03/2020. Após a digitalização, o responsável incluirá declaração com a devida especificação dos documentos digitalizados, informando que estes foram digitalizados em conformidade com o Decreto nº 10.278, de 18/03/2020, que confere com o original e inclui sua assinatura eletrônica no padrão ICP Brasil.

22. ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA / FINANCIAMENTO

Observações: Se trata somente de um modelo de minuta contratual, podendo variar conforme condições específicas do tomador de recursos e do objeto contratado, não impedindo que a Agência das Bacias PCJ e a CAIXA façam as devidas adaptações conforme necessário.

CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA Nº _____ / (ANO) / AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ / CAIXA

CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ E O(A) _____, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA (NOME DO PROGRAMA).

Processo nº

Por este Instrumento Particular, as partes adiante nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Transferência, em conformidade com as disposições contidas no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações ou na Lei nº 14.133/2021, nas Diretrizes Gerais e Procedimentos Operacionais do GESTOR – DGPO, bem como no Contrato de Prestação de Serviços (CPS) nº 041/2021 firmado entre a Agência das Bacias PCJ e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulam a espécie, as quais os partícipes se sujeitam, desde já, na forma a seguir ajustada:

SIGNATÁRIOS

I - GESTOR – a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ), inscrito no CNPJ-MF sob o nº _____ / _____ - _____, neste ato representado pelo respectivo (cargo), Sr. _____, portador do (tipo de documento: RG, CNH, dentre outros) nº. e CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, doravante denominada GESTOR.

II - CONTRATADO - _____, inscrito no CNPJ-MF sob o nº _____ / _____ - _____, neste ato representado pelo respectivo (cargo), Sr. _____, portador do (tipo de documento: RG, CNH, dentre outros) nº. e CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

III - INTERVENIENTE ANUENTE - Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Prestadora de Serviços, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por _____, CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, conforme procuração lavrada em notas do _____º Ofício de _____, no livro _____ fls _____, em _____ / _____ / _____ e substabelecimento lavrado em notas do _____º Ofício de _____ no livro _____, em _____ / _____ / _____, doravante denominada simplesmente INTERVENIENTE ANUENTE.

(Utilizar quando houver Interveniente Executor)

IV - INTERVENIENTE EXECUTOR - _____, inscrito no CNPJ-MF sob o nº _____ / _____ - _____, com sede _____, Estado de _____, neste ato representado pelo respectivo (cargo), Sr(a) _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) em _____, doravante denominado INTERVENIENTE EXECUTOR.

Pelo presente instrumento, as partes nominadas no Contrato de Transferência, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O presente Contrato de Transferência tem por finalidade a transferência de recursos financeiros do GESTOR, para a execução de (caracterizar a ação de acordo com o descrito no plano de trabalho, não devendo, entretanto, ser especificados quantitativos físicos e endereço do empreendimento), no (inserir o nome da ação PDC em que o empreendimento foi enquadrado), no Município de _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2 - Os pagamentos do objeto decorrentes desta seleção serão provenientes dos recursos federais do Contrato de Gestão nº 033/2020, celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA e a Fundação Agência das Bacias PCJ, de acordo com a tabela abaixo:

Fonte Financeira	Finalidade PAP	Programa PAP	Ação PAP	Subação POA	PDC	Sub-PDC
Cobrança Federal PAP 2021 - 2025	02- AGENDA SETORIAL	Proteção e conservação dos recursos hídricos	Estruturação, desenvolvimento e realização de programas e projetos destinados a pagamentos por serviços ambientais (PSA) de proteção dos recursos hídricos	(preencher a sub-ação do POA adequada)	(preencher o PDC adequado)	(preencher o Sub-PDC adequado)

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO

3 - O detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução com os respectivos cronogramas, devidamente justificados, para o período de vigência deste Contrato de Transferência, consta do Plano de Trabalho e dos respectivos Projetos Técnicos, anexos ao processo acima identificado, que passam a fazer parte deste Instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4 Como forma mútua de cooperação na execução do objeto previsto na Cláusula Primeira, são obrigações das partes:

4.1 DO GESTOR

4.1.1 Acompanhar a execução do objeto do instrumento contratual, através dos relatórios da Interviente Anuente, bem como através de solicitações específicas.

4.1.2 Emitir a Autorização de Início de Obra, após subsídios fornecidos pela Interviente Anuente.

4.1.3 Formalizar o Contrato de Transferência e eventuais termos aditivos, bem como realizar a publicação, no Diário Oficial da União, do extrato deste Contrato de Transferência e de todas as suas alterações, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

4.1.4 Autorizar eventuais reanálises de projetos de engenharia solicitado pelo CONTRATADO;

4.2 DA INTERVENIENTE ANUENTE

4.2.1 As atribuições da INTERVENIENTE ANUENTE devem ser orientadas fundamentalmente para o acompanhamento da execução físico-financeira do empreendimento, bem como a verificação da efetiva aquisição dos bens, se houver, pelo CONTRATADO, das ações aprovadas no plano de trabalho, integrante deste Contrato de Transferência, exceto quando se tratar de empreendimento relacionado à área ambiental no âmbito do Programa Proteção dos Corpos D'água - PDC - Programa de Duração Continuada - PDC 4, cuja atribuição de acompanhamento técnico (Agente Técnico) é do GESTOR e a gestão financeira (Agente Financeiro) da INTERVENIENTE ANUENTE.

4.2.2 Visando à verificação do resultado do processo licitatório – VRPL e autorização de início de obra - AIO, acompanhamento da execução (análise de engenharia e de reprogramação) e análise da prestação de contas final/ instrução de dossiê de irregularidades/ cancelamento/ distrato, cabe à INTERVENIENTE ANUENTE:

I. Comunicar ao GESTOR a finalização das análises com emissão de parecer para subsidiar a decisão do GESTOR acerca da possibilidade de emissão da Autorização para Início de Execução do Objeto ao CONTRATADO;

II. Enviar ao GESTOR a Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATADO para a empresa vencedora do certame do processo licitatório para execução do empreendimento;

III. Registrar em sistema corporativo, dados que evidenciam a instrução processual e a evolução físico-financeira das propostas selecionadas pelo GESTOR;

IV. Solicitar ao GESTOR a descentralização dos recursos financeiros para as contas vinculadas ao Contrato de Transferência referente às medições para o pagamento das obras e serviços medidos/executados pelo fiscal do CONTRATADO e, quando couber, aferidos pela INTERVENIENTE ANUENTE e, no caso do PDC 04, pelo GESTOR;

V. Receber e analisar a documentação de prestação de contas do contrato de transferência, encaminhada pelo CONTRATADO, sendo que por ocasião da prestação de contas final, será emitido parecer conclusivo seguido do envio do respectivo dossiê ao GESTOR, por meio da Gerência Executiva de Governo em Piracicaba/SP, para aprovação final;

VI. Instruir dossiê para a instauração de tomada de contas especial e remeter ao GESTOR, para

envio à Agência Nacional de Águas, para providências, por meio da Gerência Executiva de Governo em Piracicaba/SP, nos casos de não cumprimento do objeto, parcial ou total, ou na hipótese de não apresentação, no prazo contratualmente estipulado, da prestação de contas ou da documentação necessária a sua análise, ou nos casos de determinação dos órgãos de fiscalização e de controle;

VII. Disponibilizar dados e informações acerca da execução da ação, na forma previamente negociada com o GESTOR;

VIII. Subsidiar o GESTOR na formalização da tomada de contas anual, nos prazos dispostos na legislação aplicável;

IX. Manter a disposição do GESTOR, pelo prazo de 10 anos, contado da aprovação da prestação de contas, da rescisão, do término da vigência, ou da instauração de tomada de contas especial, toda a documentação relativa à execução dos contratos de transferência, inclusive para efeito de fiscalização pelo GESTOR e órgãos de controle;

X. Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas a este Contrato de Transferência independente de autorização judicial;

XI. Verificar, no regime de execução indireta, os documentos relativos ao processo licitatório quanto à planilha de custos do licitante vencedor e sua compatibilidade com os custos aprovados no plano de trabalho, o respectivo enquadramento do objeto contratado com o efetivamente licitado, a sua adjudicação e homologação, fazendo anexar ao processo de contratação manifestação expressa firmada pelo representante legal do CONTRATADO, atestando o atendimento as normas da Lei 8.666/93, da Lei nº 14.133/2021 ou, quando aplicável, da Lei Federal nº 13.303/2016, a regularidade procedimental e ao enquadramento do processo licitatório, inclusive quanto à forma de publicação. Quando as contratações se derem pela Lei Federal nº. 13.303/2016, deverão ser observadas as seguintes condições:

a) No tocante a eventuais bens permanentes, estes integrarão o patrimônio do CONTRATADO, mesmo que possua interveniente executor e/ou anuente;

b) Não é permitida a utilização de orçamento sigiloso, mesmo com justificativa fundamentada;

c) O projeto executivo contratado não pode sofrer reformulação do objeto na sua execução, devendo seguir o escopo aprovado pela INTERVENIENTE ANUENTE após realização da análise técnica de engenharia, não sendo permitida contratação no regime semi-integrado, já que não é financiado elaboração de projeto juntamente com a execução da obra;

d) Não se aplica aos casos estabelecidos nesta relação, o estabelecimento de critérios para remuneração variável da empresa ganhadora do certame do processo licitatório;

e) Os atos serão, obrigatoriamente, publicados no Diário Oficial da União (DOU) e, alternativamente, nos Diários Oficiais do Estado ou Município.

XII. Solicitar correção e/ou apresentação de documentação relativa ao processo licitatório que porventura não tenha sido apresentada pelo CONTRATADO, visando o efetivo cumprimento dos processos licitatórios e das prestações de conta requeridos;

(EXCLUIR os itens XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX a seguir, no caso de empreendimento relacionado à área ambiental no âmbito do Programa Proteção dos Corpos D'água - PCA - Programa de Duração Continuada - PDC 4)

XIII. Remeter, ao GESTOR para ciência, o projeto, o cronograma físico-financeiro e planilha de orçamento sempre que ocorrer qualquer alteração nos mesmos;

XIV. Comunicar e submeter para aprovação do GESTOR quando houver qualquer alteração de: valores (repasso, contrapartida e global), plano de trabalho e vigência dos contratos, providenciando o respectivo termo aditivo e sua publicação no Diário Oficial da União;

XV. Aferir as medições apresentadas pelo CONTRATADO de acordo com as regras e padronização no número de vistorias descritas na Cláusula Sexta.

XVI. Analisar e deliberar, após consulta ao GESTOR, sobre a(s) reprogramação(ões) do plano de trabalho e/ou contratos de transferência, não havendo necessidade de realizar as reprogramações do nível I decorrentes de ajustes ou adequações pouco significativos nos projetos básicos/executivos, desde que não haja prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, que o ajuste/adequação seja devidamente justificado pelo CONTRATADO;

XVII. Analisar e, se for o caso, aprovar solicitações de desbloqueio/pagamento de despesas após a vigência do Contrato de Transferência, mediante justificativa formal e comprovação do fato gerador da despesa dentro de prazo de vigência contratual;

XVIII. Aferir as medições apresentadas pelo CONTRATADO de acordo com as regras e padronização no número de vistorias descritas na Cláusula Sexta;

XIX. Analisar as eventuais solicitações de alteração do Plano de Trabalho feitas pelo CONTRATADO, submetendo-as ao GESTOR, para aprovação;

XX. Transferir ao CONTRATADO os recursos financeiros, na forma do cronograma de execução financeira aprovado, relativos às medições das obras e/ou serviços realizados e atestados pela fiscalização do CONTRATADO e aceito pela CAIXA.

(No caso de empreendimento relacionado à área ambiental no âmbito do Programa Proteção dos Corpos D'água - PDC - Programa de Duração Continuada - PDC 4, os itens acima (XIV a XX), devem ser substituídos pelos itens a seguir (XIII a XX))

XIII. Desbloquear os recursos ao CONTRATADO, baseado nos Pareceres Técnicos emitidos;

XIV. Centralizar o recebimento de toda a documentação relacionada a todas as etapas do processo de contratação dos empreendimentos, inclusive a lista dos beneficiários aprovada pelo GESTOR;

XV. Providenciar a minuta do aditivo ao presente contrato com base no Parecer de Reprogramação emitido pelo GESTOR, que é responsável pela análise, aprovação e gerenciamento das reprogramações;

XVI. Recepcionar os pareceres técnicos e anexos e autorizar a liberação de recursos, encaminhados pelo GESTOR, que é responsável pelo acompanhamento da execução física dos empreendimentos;

XVII. Providenciar o desbloqueio de recursos junto ao CONTRATADO com base na autorização pelo GESTOR, formalizada nos pareceres técnicos e anexos.

XVIII - Realizar a prestação de contas e transferências dos recursos ao CONTRATADO com base nos Pareceres emitidos pelo GESTOR, exclusivamente para os empreendimentos do PDC 4, cujas vistorias, acompanhamento da execução das atividades e das reprogramações, também são responsabilidade do GESTOR.

XIX - Recepcionar os pareceres de aferição emitidos pelo GESTOR, cujas vistorias para aferição das medições serão de acordo com as regras e padronização no número de vistorias descritas na alínea a do item 6.1, da Cláusula Sexta e serão realizadas pelo GESTOR.

XX. Remeter ao GESTOR para análise técnica o projeto, o cronograma físico-financeiro e planilha de orçamento sempre que ocorrer qualquer solicitação de alteração nos mesmos.

4.3 - DO CONTRATADO:

I. Encaminhar ao GESTOR os projetos técnicos relacionados ao objeto deliberado pelos Comitês PCJ, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração do Contrato de Transferência, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, ou federal conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

II. Ter consignado no Orçamento do corrente exercício ou, em prévia lei que autorize sua inclusão, os subprojetos ou subatividades decorrentes deste Contrato de Transferência, podendo o CONTRATADO ser arguido pelos Órgãos de controle interno e externo pela eventual inobservância ao preceito contido nesta letra.

III. Comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Transferência.

IV. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto do Contrato de Transferência, observando os critérios de qualidade técnica, os prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT;

V. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo fiscal do CONTRATADO, pelo INTERVENIENTE ANUENTE, pelo GESTOR ou pelos órgãos de controle;

VI. Realizar, sob sua inteira responsabilidade, o processo licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 14.133/2021 ou, quando aplicável, da Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa, do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles, e a disponibilidade de contrapartida, quando for o caso, sempre que optar pela execução

indireta de obras e serviços, exceto no caso de empreendimento relacionado à área ambiental no âmbito do Programa Proteção dos Corpos D'água - PCA – Programa de Duração Continuada - PDC 4 – Objeto “Incentivo Econômico”.

Quando as contratações se derem pela Lei Federal nº. 13.303/2016, deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) No tocante a eventuais bens permanentes, estes integrarão o patrimônio do CONTRATADO.
- b) Não é permitida a utilização de orçamento sigiloso, mesmo com justificativa fundamentada.
- c) O projeto executivo contratado não pode sofrer reformulação do objeto na sua execução, devendo seguir o escopo aprovado pela INTERVENIENTE ANUENTE após realização da análise técnica de engenharia, não sendo permitida contratação no regime semi-integrado, já que não é financiado elaboração de projeto juntamente com a execução da obra;
- d) Não é permitido o estabelecimento de critérios para remuneração variável da empresa ganhadora do certame do processo licitatório.
- e) Os atos serão, obrigatoriamente, publicados no Diário Oficial da União (DOU) e, alternativamente, nos Diários Oficiais do Estado ou Município.
- f) Contratar por regime de execução por preço global as obras de construção, exceto reforma ou obras lineares, enquadradas no nível I.

VII. Apresentar à INTERVENIENTE ANUENTE declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade contratada, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório, exceto no caso de empreendimento relacionado à área ambiental no âmbito do Programa Proteção dos Corpos D'água - PCA – Programa de Duração Continuada - PDC 4 – Objeto “Incentivo Econômico”, para o qual não se aplica a realização de processo licitatório;

VIII. Exercer a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução e/ou fornecimento – CTEF, exceto no caso de empreendimento relacionado à área ambiental no âmbito do Programa Proteção dos Corpos D'água - PCA – Programa de Duração Continuada - PDC 4 – Objeto Incentivo Econômico, para o qual não é realizado processo licitatório e conseqüentemente não é firmado CTEF;

IX. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Transferência, após a conclusão do contrato;

X. Prestar contas junto à INTERVENIENTE ANUENTE dos recursos transferidos pelo GESTOR destinados à consecução do objeto do Contrato de Transferência;

XI. Fornecer à INTERVENIENTE ANUENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

XII. Prever no edital de licitação e no contrato de execução ou fornecimento - CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado, exceto no caso de empreendimento relacionado à área ambiental no âmbito do Programa Proteção dos

Corpos D'água - PCA – Programa de Duração Continuada - PDC 4 – Objeto “Incentivo Econômico”, tendo em vista que para esta ação não é realizado processo licitatório;

XIII. Instaurar Processo Administrativo apuratório, inclusive Processo Administrativo disciplinar, quando constatados desvio ou malversação dos recursos públicos e irregularidades na execução do contrato de execução ou fornecimento - CTEF ou na gestão financeira do Contrato de Transferência, comunicando tal fato à INTERVENIENTE ANUENTE;

XIV. Manter sob a guarda na forma de processo: o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART/ RRT dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras e serviços, e os boletins de medições;

XV. Manter à disposição do GESTOR, pelo prazo de 10 anos, toda a documentação relativa à execução dos contratos de transferência, contado da apresentação da prestação de contas final aprovada pelo GESTOR, da rescisão, ou da instauração de tomada de contas especial, inclusive para efeito de fiscalização pela INTERVENIENTE ANUENTE, pelo GESTOR e Órgãos de Controle.

XVI. Efetuar o pagamento dos serviços extraordinários conforme valores previstos na Cláusula Décima Segunda, nos casos em que for o causador da demanda.

XVII. Manter, em agência da CAIXA, conta bancária vinculada ao Contrato de Transferência.

XVIII. Apresentar periodicamente à INTERVENIENTE ANUENTE os relatórios de execução físico-financeira relativos a este Contrato de Transferência, bem como da contrapartida, quando exigida.

XIX. Propiciar, no local de execução das obras/serviços, os meios e as condições necessários para que a INTERVENIENTE ANUENTE possa realizar inspeções periódicas, bem como os órgãos de controle externo.

XX. Compatibilizar o objeto deste Contrato de Transferência com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso.

XXI. Restituir, observado o disposto nas Cláusulas Sexta e Sétima, o saldo dos recursos financeiros não utilizados.

XXII. Atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010.

XXIII. Inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do Contrato de Transferência, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou INTERVENIENTE ANUENTES, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

XXIV. Adotar o disposto nas Leis 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e na Instrução Normativa Ministério do Planejamento nº 02, de 9 de outubro de 2017 relativamente à promoção de acessibilidade das

pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida.

XXV. Divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor da transferência e o nome do INTERVENIENTE ANUENTE e do GESTOR, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO a comunicar expressamente à INTERVENIENTE ANUENTE a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

XXVI. Comprometer-se a zelar pelo correto aproveitamento/funcionamento dos bens resultantes deste Contrato de Transferência, bem como promover adequadamente sua manutenção.

XXVII. Tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto deste Contrato de Transferência.

XXVIII. Fornecer à INTERVENIENTE ANUENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo.

XXIX. Consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Transferência e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu orçamento.

(Adicionar no caso de Contratação com Setor Privado. Necessário adequar as cláusulas específicas das leis de licitação que não se aplicam .)

XXX. Realizar, no mínimo, cotação prévia de preços de mercado exclusivamente para aquisição de bens e contratação de serviços que atendam à execução do objeto deste Contrato de Transferência, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, e ainda, com observância aos artigos 41 a 45 da Portaria ME nº 120, de 03 de julho de 2009.

(Utilizar no caso de participação de Interveniente Executor)

4.4 - DO INTERVENIENTE EXECUTOR:

4.4.1 O INTERVENIENTE EXECUTOR participa do presente Contrato de Transferência para executá-lo e/ou assumir, em nome próprio, as obrigações previstas nos incisos (Dentre os incisos IV, V, VI, VII, VIII, XII, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXVII, XXVIII e XXIX, incluir os que serão obrigações do Interveniente Executor) do item 3.3 da Cláusula Terceira – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5 – O GESTOR transferirá ao CONTRATADO, de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho, até o valor de R\$ ____ (____).

5.1 - A título de contrapartida, o CONTRATADO alocará a este Contrato de Transferência, de acordo com o cronograma de desembolso, o valor de R\$ ____ (____).

5.2 - Os recursos transferidos pelo GESTOR e os recursos do CONTRATADO destinados a este Contrato de Transferência, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao

desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

5.3 - Recursos adicionais que venham ser necessários à consecução do objeto deste Contrato terão seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

5.4 - A movimentação financeira, inclusive da contrapartida financeira, deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Transferência.

CLÁUSULA SEXTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DAS OBRAS/SERVIÇOS

6 - O CONTRATADO e o INTERVENIENTE EXECUTOR, por meio deste Instrumento, manifesta(m) sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita do GESTOR para o início das obras e/ou serviços objetos deste Contrato de Transferência.

6.1 - A autorização mencionada acima ocorrerá após a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União e a finalização do processo de análise pós-contratual.

6.2 - Eventuais obras e/ou serviços executados antes da autorização do GESTOR não serão objetos de medição com vistas à liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

6.3 – Não serão aceitos empreendimentos que já tenham sido licitados antes da assinatura do presente Contrato de Transferência, estando ou não com a Ordem de Serviço (OS) emitida. Caso seja observada tal prática, o empreendimento será automaticamente cancelado.

6.4 - O CONTRATADO terá o prazo de até 265 (duzentos e sessenta e cinco) dias corridos, a partir da assinatura do presente instrumento, para a emissão de Ordem de Serviço (OS), ressalvada a possibilidade de eventual prorrogação devidamente autorizada pelo GESTOR ouvida a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ.

6.4.1– O prazo estabelecido no item 5.4 contempla o seguinte:

a) A partir da assinatura do presente instrumento, o CONTRATADO terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias para fazer a publicação do extrato de Edital de Licitação no Diário Oficial da União e em outros meios de comunicação, conforme determina a Lei nº 8.666/93 ou Lei nº 14.133/2021 e suas atualizações, ou quando aplicável, da Lei Federal nº 13.303/2016, de acordo com a modalidade de licitação, evidenciando assim o início do Processo Licitatório.

b) Após a publicação prevista na alínea anterior, o CONTRATADO terá até 5 (cinco) dias para protocolar cópia da publicação junto à INTERVENIENTE ANUENTE, com cópia ao GESTOR.

c) O CONTRATADO terá até 150 (cento e cinquenta) dias a contar da data da publicação do extrato de edital, para a conclusão do Processo Licitatório, podendo este prazo ser prorrogado por até 30 dias, conforme item 5.4.2.

d) O CONTRATADO terá até 10 (dez) dias a contar da data da finalização do Processo Licitatório, para protocolar junto à INTERVENIENTE ANUENTE, todos os documentos exigidos para a sua verificação. A emissão da Ordem de Serviço ao vencedor do certame fica condicionada à verificação pela INTERVENIENTE ANUENTE do resultado do Processo Licitatório.

e) A INTERVENIENTE ANUENTE terá prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da documentação completa enviada pelo CONTRATADO, para verificação da

documentação referente ao resultado do Processo Licitatório e comunicação formal ao GESTOR com o resultado da análise a fim de subsidiá-lo na tomada de decisão acerca da possibilidade de autorização do início do objeto do Contrato de Transferência, e havendo necessidade de complementação de documentação pelo CONTRATADO, no decorrer da análise em execução pela INTERVENIENTE ANUENTE, não caberá multa a esta pelo não cumprimento do prazo.

6.4.2 – Caso ocorra a necessidade de prorrogação dos prazos citados nos itens 5.4 e 5.4.1, o CONTRATADO deverá encaminhar, para a INTERVENIENTE ANUENTE e para o GESTOR, com antecedência mínima de 30 dias para o vencimento do prazo estabelecido, a solicitação por escrito, contendo as explicações necessárias para embasar a prorrogação. A solicitação será analisada pelo GESTOR que irá emitir parecer e submetê-lo à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ. A decisão será encaminhada pelo GESTOR para a INTERVENIENTE ANUENTE para as providências.

6.4.3 – Apenas o objeto Incentivo Econômico, no âmbito do Programa Proteção dos Corpos D'água - PCA – Programa de Duração Continuada - PDC 4, não se aplicam os prazos descritos nos itens 5.4 e 5.4.1, considerando que o CONTRATADO não realiza processo licitatório.

6.4.4 - Nos casos em que o CONTRATADO não tiver efetivamente iniciado a execução das obras e/ou serviços, a INTERVENIENTE ANUENTE dará conhecimento ao GESTOR, até no máximo 10 (dez) dias corridos após o término do prazo citado nos itens 5.4 e 5.4.1.

6.4.5 – O descumprimento dos prazos estabelecidos nos itens 5.4, 5.4.1 e 5.4.2 constitui motivo de rescisão do presente instrumento, conforme previsto no item 16.1 da Cláusula Décima Sexta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO E DESBLOQUEIO DE RECURSOS

7 – Para fins de celebração, acompanhamento da execução e Prestação de Contas ficam estabelecidos os seguintes níveis:

a) Nível I - Para obras e serviços de engenharia com Valor de Transferência igual ou superior a R\$ 250.000,00 e inferior a R\$ 750.000,00;

b) Nível II - Para obras e serviços de engenharia com Valor de Transferência igual ou superior a R\$ 750.000,00 e inferior a R\$ 5.000.000,00;

c) Nível III - Para obras e serviços de engenharia com Valor de Transferência igual ou superior a R\$ 5.000.000,00;

- III A – para execução de obras e serviços de engenharia com Valor de Transferência igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 e inferior a R\$ 20.000.000,00;
- III B - para execução de obras e serviços de engenharia com Valor de Transferência igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 e inferior a R\$ 80.000.000,00;
- III C - para execução de obras e serviços de engenharia com Valor de Transferência igual ou superior a R\$ 80.000.000,00;

(No caso de empreendimento relacionado à área ambiental no âmbito do Programa Proteção dos Corpos D'água - PDC - Programa de Duração Continuada - PDC 4, o item acima (6), devem ser substituídos pelo item a seguir)

7 – Para fins de celebração, acompanhamento da execução e Prestação de Contas ficam

estabelecidos os seguintes níveis, sendo o acompanhamento físico responsabilidade do GESTOR:

- a) Nível I – Para obras e serviços de adequação ambiental com Valor de Transferência igual ou superior a R\$ 40.000,00 e inferior a R\$ 750.000,00);
- b) Nível II – Para obras e serviços de adequação ambiental com Valor de Transferência igual ou superior a R\$ 750.000,00 e inferior a R\$ 5.000.000,00;
- c) Nível III – Para obras e serviços de adequação ambiental com Valor de Transferência igual ou superior a R\$ 5.000.000,00;
 - III A - para execução de obras e serviços de adequação ambiental com Valor de Transferência igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 e inferior a R\$ 20.000.000,00;
 - III B - obras e serviços de adequação ambiental com Valor de Transferência igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 e inferior a R\$ 80.000.000,00;
 - III C - obras e serviços de adequação ambiental com Valor de Transferência igual ou superior a R\$ 80.000.000,00.

6.1 – O acompanhamento físico ocorrerá conforme o disposto a seguir:

Nível I, com valor de transferência igual ou superior a R\$ 250.000,00	Visitas <i>in loco</i> quando houver execução física acumulada de 50% e 100% do objeto do Contrato de Transferência.
Nível II	Visitas <i>in loco</i> quando houver execução física acumulada de 30%, 60% e 100% do objeto do Contrato de Transferência.
Nível III	III A – no mínimo 5 visitas ao local para aferição; III B – no mínimo 8 visitas ao local para aferição; III C – no mínimo 12 visitas ao local para aferição; Vedado o desbloqueio de duas parcelas consecutivas sem vistoria realizada.

a) Para empreendimentos do Programa Proteção dos Corpos D'água - PCA - Programa de Duração Continuada - PDC 4, o acompanhamento físico ficará a cargo do GESTOR e a quantidade de vistorias a serem realizadas será conforme etapas previstas no Plano de Trabalho.

7.2 - A liberação dos recursos financeiros, com conseqüente desbloqueio, será efetuada após a autorização para início da execução do objeto, diretamente em conta bancária vinculada a este Contrato de Transferência, respeitada a disponibilidade financeira do GESTOR e atendidas às exigências cadastrais vigentes, e ocorrerá em conformidade com o cronograma físico-financeiro aprovado, após comprovação pelo CONTRATADO/INTERVENIENTE EXECUTOR da execução financeira da etapa anterior, bem como a aplicação do valor relativo à contrapartida, quando exigível, e após aferição, quando for o caso, pela INTERVENIENTE ANUENTE da execução da etapa de obra/serviço correspondente, quando se tratar dos empreendimentos relacionados à área ambiental no âmbito do Programa Proteção dos Corpos D'água - PDC - Programa de Duração Continuada – PDC4 a aferição será feita pelo GESTOR.

7.2.1 – A INTERVENIENTE ANUENTE receberá do CONTRATADO a respectiva medição da etapa de obra/serviço prevista no cronograma físico-financeiro ou justificativa pelo não atendimento, informando ao GESTOR sobre o ocorrido para as devidas providências. A liberação de recursos na conta corrente vinculada ao Contrato de Transferência ficará condicionada à:

a) Comprovação do pagamento das despesas referentes à etapa anteriormente executada, identificadas e justificadas na solicitação de recursos liberada, integrante da Prestação de Contas

Parcial.

- b) Comprovação do depósito da contrapartida na conta corrente vinculada.
- c) Para as ações relacionadas a empreendimentos na área de adequação ambiental, o GESTOR deverá subsidiar a INTERVENIENTE ANUENTE, por meio de Parecer Técnico relacionado à execução das ações implantadas.

7.2.2 - Constatada divergência na aferição da execução física acumulada, o desbloqueio dos recursos é suspenso até a regularização da pendência.

7.3 – O GESTOR deverá comunicar à INTERVENIENTE ANUENTE, por meio de mensagem eletrônica, tão logo seja efetivada a liberação dos recursos na conta corrente vinculada ao Contrato de Transferência, para que ocorra, de forma tempestiva, a aplicação ou o desbloqueio dos recursos e registro do crédito no Sistema Corporativo da INTERVENIENTE ANUENTE.

7.4 – Em operações que tenham por objeto a elaboração de estudos, planos, projetos ou assemelhados, a INTERVENIENTE ANUENTE observará:

- a) Se o produto apresentado está de acordo com objeto contratado e de acordo com as especificações constantes do TR levado à licitação, nos casos em que o objeto do Contrato de Transferência for licitado;
- b) Se o produto apresenta os elementos mínimos exigidos pelo GESTOR para o investimento;
- c) Se o produto apresenta elementos fundamentais à sua compreensão, como eventuais memoriais, peças gráficas, especificações e orçamentos.

7.4.1 Nos casos em que o estudo, plano, projeto ou assemelhado seja relacionado à área ambiental no âmbito do Programa Proteção dos Corpos D'água - PDC - Programa de Duração Continuada – PDC4, a verificação descrita no item 6.4 será realizada pelo GESTOR.

7.5 - Não haverá desbloqueio antecipado de recursos do Contrato de Transferência, exceto quanto autorizados pelo GESTOR.

7.6 - Haverá a possibilidade de reembolso de despesas realizadas na vigência do Contrato de Transferência, desde que transitem pela conta vinculada, previamente autorizado pelo GESTOR.

7.7 - A autorização de desbloqueio da última parcela estará condicionada à conclusão do objeto contratado e a apresentação, de pelo menos, do documento de solicitação da licença de operação protocolado no órgão licenciador, para empreendimentos que exijam a referida licença, bem como à comprovação, pelo CONTRATADO, da integral aplicação do valor relativo à contrapartida, quando exigível.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

8 - A execução financeira deste Contrato de Transferência deverá atender às condições estabelecidas nesta Cláusula.

8.1 - Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos

fornecedores e prestadores de serviços.

8.2 - Os recursos transferidos pelo GESTOR não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência deste Contrato de Transferência, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que efetivamente realizadas na vigência deste Contrato de Transferência e se expressamente autorizado pelo GESTOR.

8.3 - Os recursos transferidos pelo GESTOR não poderão ser utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento.

8.4 - Os recursos transferidos pelo GESTOR deverão ser movimentados, única e exclusivamente, na Caixa Econômica Federal, Agência n.º _____, em conta bancária de n.º _____, em nome do CONTRATADO, e em conta bancária n.º _____, agência n.º _____, em nome do INTERVENIENTE EXECUTOR, quando for o caso, vinculada(s) a este Contrato de Transferência.

8.4.1 - Os recursos creditados na conta vinculada, inclusive os de contrapartida, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

8.4.1.1 - Fica a INTERVENIENTE ANUENTE autorizada a promover as aplicações dos recursos creditados na conta bancária vinculada a este Contrato de Transferência nas hipóteses e segundo as modalidades de aplicação previstas nesta Cláusula.

8.4.2 - As receitas financeiras auferidas na forma do item anterior serão computadas a crédito na conta corrente vinculada a este Contrato de Transferência, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização como contrapartida, devendo ser restituída ao GESTOR ao final da execução, portanto, não serão aplicadas no objeto deste Contrato de Transferência.

8.5 - Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Transferência, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, após conciliação bancária da conta vinculada a este Instrumento, deverão ser restituídos ao GESTOR no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela INTERVENIENTE ANUENTE à época da restituição.

8.5.1 - A devolução é realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida vigentes, ou seja, o resultado proveniente do valor de repasse é devolvido ao GESTOR e o resultado oriundo da contrapartida, devolvido ao CONTRATADO.

8.5.2 - Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) Quando não for executado o objeto pactuado neste Instrumento;
- b) Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;

- c) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento;
- d) Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do Contrato de Transferência.

8.5.3 - O CONTRATADO, nas hipóteses previstas nos itens 7.5, 7.5.1 e 7.5.2, será notificado para que, no prazo máximo de 30 dias, a contar do recebimento da notificação, restitua ao GESTOR os valores das transferências, acrescidos de juros legais e atualização monetária.

8.5.4 - Vencido o prazo previsto no item anterior sem que o CONTRATADO proceda à restituição dos valores, fica a INTERVENIENTE ANUENTE autorizada, caso haja recursos disponíveis na conta vinculada, a proceder aos débitos dos valores respectivos e repassá-los à conta do GESTOR.

8.5.5 - Na hipótese prevista no item 7.5.4, não havendo recursos suficientes para se proceder a completa restituição, deverá ser providenciada, pela INTERVENIENTE ANUENTE, dossiê a ser remetido ao GESTOR para instauração de Processo Administrativo.

8.6 - A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no Contrato de Transferência enseja obrigação do CONTRATADO, devolvê-los devidamente atualizados ao GESTOR, no prazo improrrogável de 30 dias após o recebimento da notificação pelo CONTRATADO.

8.7 - Os débitos anteriores a 31/07/2011 são atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescidos dos juros simples de mora de 1% ao mês e os débitos ocorridos a partir de 01/08/2011 são atualizados com base na taxa Selic.

8.7.1 - O cálculo dos valores é realizado por meio do sistema de atualização de débito do TCU.

8.7.2 - A atualização monetária do montante devido pelo CONTRATADO é calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data de referência e a data do efetivo crédito ao GESTOR.

8.7.2.1- Para definição da data de referência são adotados os seguintes critérios:

- a) A data do desbloqueio - quando houver impugnação de despesas específicas e os recursos tiverem sido aplicados no mercado financeiro ou quando caracterizada responsabilidade de terceiro; ou
- b) A data do crédito na conta bancária específica - no caso de omissão no dever de prestar contas ou das contas apresentadas não comprovarem a regular aplicação dos recursos, quando não aplicável o descrito na alínea acima.

8.8 - É dispensada a instauração de processo administrativo, nos moldes da TCE, caso o CONTRATADO devolva ao GESTOR a totalidade dos recursos desbloqueados, atualizados monetariamente, no prazo improrrogável de 30 dias após o recebimento da notificação pelo CONTRATADO, conforme previsto acima.

CLÁUSULA NONA - DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

9 - Os bens patrimoniais remanescentes, adquiridos ou produzidos em decorrência deste Contrato de Transferência, previstos no Plano de Trabalho, quando da extinção deste Contrato, serão de propriedade do CONTRATADO.

(Utilizar exclusivamente no caso de contratação de operações com o Setor Privado)

9 - Os bens patrimoniais remanescentes, adquiridos ou produzidos em decorrência deste Contrato de Transferência, previstos no Plano de Trabalho, quando da extinção deste Contrato, serão destinados a uma entidade de Direito Público que tenha participado do contrato ou apresente relação direta com o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PRERROGATIVAS

10 - É o GESTOR a autoridade normatizadora, com competência para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à INTERVENIENTE ANUENTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, exceto quando se tratar de empreendimentos relacionados à área ambiental no âmbito do Programa Proteção dos Corpos D'água - PDC - Programa de Duração Continuada - PDC 4, cuja atribuição é do GESTOR.

10.1 - Sempre que julgar conveniente, o GESTOR poderá promover visitas in loco com o propósito de acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão deste Contrato de Transferência, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

10.2 - É prerrogativa do GESTOR, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes a este Contrato de Transferência, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução da obra/serviço, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

10.3 - Compete ao GESTOR o acompanhamento da execução física e a reprogramação dos contratos relativos aos empreendimentos relacionados à área ambiental no âmbito do Programa Proteção dos Corpos D'água - PCA - Programa de Duração Continuada - PDC 4.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

11 - Obriga-se o CONTRATADO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da INTERVENIENTE ANUENTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Transferência e a especificação da despesa.

11.1 - As faturas, recibos, notas fiscais originais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO/INTERVENIENTE EXECUTOR, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Transferência, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo e pelo prazo de 10 anos, contados da aprovação da prestação de contas pelo GESTOR, da rescisão ou instauração de Processo Administrativo.

11.1.1 - A INTERVENIENTE ANUENTE poderá solicitar o encaminhamento de cópias dos comprovantes de despesas, ou de outros documentos, a qualquer momento, sempre que julgar conveniente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12 - O CONTRATADO fica obrigado a apresentar à INTERVENIENTE ANUENTE a Prestação de Contas Final dos recursos recebidos, para fazer prova de sua correta e regular aplicação, no prazo

de 30 (trinta) dias a contar da data do último repasse.

12.1 - A INTERVENIENTE ANUENTE terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de protocolo do recebimento da Prestação de Contas estabelecido no item anterior, para emitir o Parecer Conclusivo e enviar para o GESTOR.

12.1.1 - Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da Prestação de Contas final a que se refere o caput desta Cláusula, o CONTRATADO será notificado para que, no prazo de 30 dias, a contar do recebimento da notificação, adote as providências para sanar a irregularidade, ou cumprir a obrigação.

12.1.2 - Decorrido o prazo da notificação sem que a irregularidade tenha sido sanada, ou cumprida a obrigação, a INTERVENIENTE ANUENTE instruirá dossiê e enviará ao GESTOR para instauração de Processo Administrativo.

12.2 - Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à INTERVENIENTE ANUENTE, para análise e manifestação do GESTOR.

12.3 – O CONTRATADO deverá apresentar os documentos adicionais relacionados no Anexo I das Diretrizes Gerais e Procedimentos Operacionais do GESTOR, quando se tratar de objeto previsto no PDC 4 – Proteção dos Corpos D'Água – PCA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

13 – Haverá a cobrança de tarifa extraordinária da CONTRATANTE para o CONTRATADO nos seguintes casos em que esse(s) der(em) causa:

Descrição	Custo Unitário – Nível
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	Conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços n.º 041/2021
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem recebimento de boletim de medição	
Visita de campo em quantidade superior à prevista no item 6.1 da cláusula sexta, exceto para PDC4	
Reabertura de PCF ou Instrução de dossiê de irregularidades para instauração de TCE pelo GESTOR	
Alteração de cronograma, exceto para PDC4	
Atualização de orçamento, exceto para PDC4	
Exclusão de meta, exceto para PDC4	
Ajustes no projeto, exceto para PDC4	
Reprogramação de Remanescente de obra, exceto para PDC4	
Inclusão de meta, exceto para PDC4	
Alteração de escopo, exceto para PDC4	

13.1 – O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à INTERVENIENTE

ANUENTE previamente à realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA AUDITORIA

14 - Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO.

14.1 - É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a INTERVENIENTE ANUENTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

15 - É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo estabelecido pelo GESTOR, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização do CONTRATADO para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

15.1 – Para as ações relacionadas ao PDC 4 – Proteção dos Corpos D'Água – PCA, a verificação da condição da placa de sinalização do empreendimento será feita pelo GESTOR e não implicará em suspensão de transferência de recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

(Utilizar no caso de assinatura em meio físico)

16 – Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes e sua vigência iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrando-se no dia ____ de ____ de ____, possibilitada a sua prorrogação, mediante análise da INTERVENIENTE ANUENTE e aprovação do GESTOR, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

(Utilizar no caso de assinatura eletrônica)

16 – Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, e sua vigência iniciar-se-á na data da última assinatura, encerrando-se no dia ____ de ____ de ____, possibilitada a sua prorrogação, mediante análise da INTERVENIENTE ANUENTE e aprovação da Agência das Bacias PCJ, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

16.1 – A vigência do presente contrato poderá ser prorrogada por períodos não superiores ao estabelecido no cronograma físico financeiro, até o limite máximo de 4 anos, a contar da data da liberação da primeira parcela do Contrato de Transferência, sem nenhum tipo de penalidade ao CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

17 – O presente Contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando o CONTRATADO obrigado a retornar os recursos financeiros aportados, exceto em casos fortuitos, sinistros ou justificativa aceita pelo GESTOR, desde que amparados pela legislação

vigente.

17.1 - Constitui motivo para rescisão do presente Contrato o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo GESTOR, no caso de empreendimentos relacionados à área ambiental no âmbito do Programa Proteção dos Corpos D'água - PCA - Programa de Duração Continuada - PDC 4, ou pela INTERVENIENTE ANUENTE, quando da utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

17.1.1 - A rescisão do Contrato, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos ao GESTOR, ensejará a instauração de Processo Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DA ALTERAÇÃO

18 - A alteração deste Contrato de Transferência, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo CONTRATADO OU PELO INTERVENIENTE EXECUTOR, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a análise da INTERVENIENTE ANUENTE e a aprovação do GESTOR.

18.1 – A alteração do prazo de vigência deste Contrato de Transferência, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do GESTOR, será promovida “de ofício” pela INTERVENIENTE ANUENTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do contrato será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a alteração para maior dos recursos oriundos da transferência, tratados na Cláusula Terceira, sob decisão unilateral exclusiva do GESTOR.

18.3 - É vedada a alteração do objeto previsto neste Contrato, exceto para a ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que devidamente justificado e analisado pela INTERVENIENTE ANUENTE e aprovado pelo GESTOR.

18.3.1 – É vedada a reformulação dos projetos básicos das obras e serviços de engenharia, após a análise da INTERVENIENTE ANUENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19 – Ao CONTRATADO é vedado, a título de transferência e contrapartida, o financiamento de custos relativos a:

- I. Premiações em geral;
- II. Remuneração variável da empresa ganhadora do certame do processo licitatório;
- III. Bolsa de estudos, ou qualquer outro tipo de bolsa;
- IV. Operação e manutenção de empreendimentos;
- V. Utilização de instalações (sedes, prédios, salas, laboratórios etc.) e de equipamentos (veículos, computadores, telefones, fax, copiadoras etc.) pertencentes ao CONTRATADO ou aos parceiros;
- VI. Materiais, serviços e equipamentos provenientes de doações de entidades públicas ou transferências não reembolsáveis de recursos públicos;

- VII. Rescisões de contrato de trabalho;
- VIII. Gastos com bebidas alcoólicas inclusive dentro do limite estabelecido para despesas com alimentação;
- IX. Recuperação florestal em áreas autuadas por supressão de vegetação nativa ou sobre as quais existam obrigações administrativas ou judiciais determinando a sua recuperação, na modalidade não reembolsável;
- X. Produção de mudas que serão doadas para recuperação florestal em áreas autuadas por supressão de vegetação nativa ou sobre as quais existam obrigações administrativas ou judiciais determinando a sua recuperação, na modalidade não reembolsável;
- XI. Aluguel de instalações, equipamentos ou veículos de qualquer natureza de propriedade do CONTRATADO ou de parceiros;
- XII. Hospedagem e/ou locomoção individual de participantes de cursos ou eventos;
- XIII. Construções de edificações, aquisições de máquinas e equipamentos, desassociadas do empreendimento;
- XIV. Ações para ampliação da rede de abastecimento de água acarretando o aumento de capacidade de atendimento. A implantação de redes somente é permitida com a finalidade de substituição e setorização da rede de distribuição;
- XV. O custo do terreno onde o empreendimento será implantado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

20 - Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução deste contrato deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

20.1 - As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao presente Contrato de Transferência serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, mensagem eletrônica, telegrama ou fax, com comprovante de recebimento.

20.2 - As correspondências dirigidas ao CONTRATADO deverão ser entregues no seguinte endereço: _____ ou no endereço eletrônico _____.

20.3 - As correspondências dirigidas à INTERVENIENTE ANUENTE deverão ser entregues no seguinte endereço: Caixa Econômica Federal _____ ou no endereço eletrônico _____.

(utilizar nos casos de contratação com Interveniente)

20.4 - As correspondências dirigidas ao INTERVENIENTE EXECUTOR deverão ser entregues no seguinte endereço: _____ ou no endereço eletrônico _____.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DO FORO

21 - Para dirimir os conflitos decorrentes deste Contrato de Transferência fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de _____, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

(utilizar no caso de assinatura eletrônica)

E, por estarem assim justos e pactuados, firmam este Instrumento, que assinam, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.



GESTOR:

(assinado digitalmente)
Assinatura do GESTOR
NOME: [Preencher nome]
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

(assinado digitalmente)
Assinatura do GESTOR
NOME: [Preencher nome]
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CONTRATADO:

(assinado digitalmente)
Assinatura do CONTRATADO
NOME: [Preencher nome]
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

(assinado digitalmente)
Assinatura do CONTRATADO
NOME: [Preencher nome]
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

INTERVENIENTE ANUENTE:

(assinado digitalmente)
Assinatura do Interveniente Anuente
Nome:
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

TESTEMUNHAS:

(assinado digitalmente)
[Preencher Nome]
CPF: XXX.XXX.XXX-Xx

(assinado digitalmente)
[Preencher Nome]
CPF: XXX.XXX.XXX-Xx

CIENTE:

(assinado digitalmente)
[Preencher Nome]
OAB/SP – XXX.XXX.XXX-XX

(assinado digitalmente)
[Preencher Nome]
OAB/SP – XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO VII

DOCUMENTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL A SER ENCAMINHADA PELO TOMADOR AO AGENTE TÉCNICO E FINANCEIRO

1. Relatório de execução físico-financeira; planilha de medição, quando houver realização de obras/serviços, referente à medição apurada;
2. Relação de comprovantes de pagamentos; para todas as operações, extrato da conta corrente vinculada ao Contrato de Transferência, bem como da conta de aplicação/poupança ou ainda do Interveniante Executor, se for o caso, referente à medição apurada;
3. Documentos técnicos que atestem a execução física da etapa em prestação de contas pelas áreas técnicas do Agente Técnico e Financeiro, conforme documentação solicitada;
4. No caso de obras e/ou serviços de engenharia, verificação das demais exigências de documentação, registradas no relatório pelo Agente Técnico e Financeiro;
5. Para todas as operações devem ser apresentados pelo Tomador, juntamente com a Relação de Comprovantes de Pagamentos, os documentos fiscais e os comprovantes de despesas referentes à medição apurada.
6. As notas e comprovantes fiscais são avaliados pelo Agente Técnico e Financeiro quanto aos seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos identificados na movimentação financeira da conta corrente vinculada, valor, aposição de dados do Tomador, programa e número do Contrato de Transferência, não se equiparando à auditoria contábil.

DOCUMENTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL A SER ENCAMINHADA PELO TOMADOR AO AGENTE TÉCNICO E FINANCEIRO

1. Demonstrativo Consolidado da Execução da Receita e Despesa;
2. Relação de Comprovantes de Pagamentos da última medição;
3. Relatório de aferição física do objeto contratado;
4. Extratos bancários com a movimentação financeira da conta vinculada ao contrato;
5. Relatório de Cumprimento e Aceitação do Objeto;
6. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
7. Comprovante de recolhimento de saldo de recursos, quando houver;
8. Termo de Compromisso por meio do qual o Tomador será obrigado a manter a guarda dos volumes processuais relacionados ao Contrato de Transferência pelo prazo de 10 anos, contados da aprovação da Prestação de Contas Final pela Agência das Bacias PCJ, ou instauração de Processo Administrativo;
9. Registro da doação no cartório de imóveis, no caso de imóvel recebido em doação por particular;
10. Certidão atualizada do registro de imóvel demonstrando a cessão de uso, quando esta ocorrer;
11. Certidão do registro de imóveis constando a inscrição da servidão, quando esta ocorrer;

12. No caso de obras e/ou serviços de engenharia e de adequação ambiental, verificação das demais exigências de documentação, registradas no relatório do Agente Técnico e Financeiro.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Pardo Grande / n. 595/2022.

Despacho Do Diretor Da Bacia Do Pardo Grande, De 09/11/2022

Declaração De Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAAE nº 1.630 e nº 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Posto Riopardense De Combustíveis Ltda, CPF/CNPJ 04.141.836/0001-67 e do parecer técnico contido no Processo DAAE nº 9316819, declaramos dispensado de outorga o uso de recurso hídrico, com a finalidade de uso urbano, localizado na "Rua Benjamin Constant, nº 23" no município de São José Do Rio Pardo, conforme abaixo:
- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino-fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°35'40.317") - Longitude O (46°53'11.132") - Volume Diário: 10,45 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220028757-LWP.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Pardo Grande / n. 596/2022.

DIRETORIA DA BACIA DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte, de 10-11-2022.

Declaração de Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAAE n. 1.630 e n. 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Maurício Santos Gazire Santos Gazire, CPF/CNPJ 157.576.188-25 e do parecer técnico contido no Processo DAAE n. 9610518, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de São José Dos Campos, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Taubaté - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°52'57.000") - Longitude O (45°55'1.000") - Volume Diário: 13,00 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220015014-11G.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte / n. 472 de 09-11-2022.

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAAE n. 1.630 e n. 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por MUNICÍPIO DE JACAREÍ, CPF/CNPJ 46.694.139/0001-83 e do parecer técnico contido no Processo DAAE n. 9600603, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Jacareí, conforme abaixo:

- Captação Superficial - Córrego do Turi - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°17'56.940") - Longitude O (45°57'51.192") - Vazão Máxima Instantânea 5,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 15,00 m³ - Período 3h /dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220029486-J48.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte / n. 473 de 09-11-2022.

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte, de 9 / 11 / 2022

Informe de Indeferimento

Referência:
- Interessado: Ana Maria da Rocha Périgo
- CPF/CNPJ: 083.081.728-06
- Município: São Sebastião
- Processo DAAE: 9610662

Tendo em vista o disposto na Portaria DAAE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAAE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Captação Superficial - Rio Boicucanga - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°46'36.080") - Longitude O (45°36'30.800") - Vazão Máxima Instantânea 2,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 24,40 m³ - Período 12h12min /dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220018019-7P9.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte/ n. 224 de 09-11-2022.

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte, de 9 / 11 / 2022

Informe de Indeferimento

Referência:
- Interessado: Antônio Chiaradia
- CPF/CNPJ: 977.648.508-10
- Município: São Bento Do Sapucaí
- Processo DAAE: 9610676

Tendo em vista o disposto na Portaria DAAE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAAE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Captação Superficial - águas subterrâneas - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°40'11.250") - Longitude O (45°39'3.300") - Vazão Máxima Instantânea 4,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 20,00 m³ - Período 5h /dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220022520-9J4.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte/ n. 225 de 09-11-2022.

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte, de 8 / 11 / 2022

Informe de Indeferimento

Referência:
- Interessado: Bom Nome Empreendimentos e Participações Ltda
- CPF/CNPJ: 10.414.418/0001-07
- Município: São Sebastião
- Processo DAAE: 9610733

Tendo em vista o disposto na Portaria DAAE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAAE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Travessia Aérea - - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°47'52.188") - Longitude O (45°32'39.912") - Vazão Máxima Instantânea 0,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 0,00 m³ - Período 0h /dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220026911-3E3.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte/ n. 223 de 08-11-2022.

DIRETORIA DE BACIA DO TURVO GRANDE

Despacho do Diretor da Bacia do Turvo Grande, de 9/11/2022

Declaração de Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAAE n. 1.630 e n. 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constanes do requerimento, apresentado por José Marcus de Almeida Nunes, CPF/CNPJ 098.067.938-97 e do parecer técnico contido no Processo DAAE n. 9210581, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Cosmorama, conforme abaixo:

- Reservatório de Acumulação - SNA1 do Ribeirão da Piedade - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°25'16.520") - Longitude O (49°50'48.050") - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220030318-BT2.
- Reservatório de Acumulação - SNA1 do Ribeirão da Piedade - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°25'41.890") - Longitude O (49°50'44.070") - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220030318-BWA.
- Reservatório de Acumulação - SNA1 do Ribeirão da Piedade - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°24'59.320") - Longitude O (49°50'49.910") - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220030318-XXK.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Turvo Grande n. 288/2022
Despacho do Diretor da Bacia do Turvo Grande, de 9 / 11 / 2022

Informe de Indeferimento

Referência:
- Interessado: Moema Bioenergia S.A.
- CPF/CNPJ: 49.972.326/0001-70
- Município: Paulo de Faria

- Processo DAAE: 9210507

Tendo em vista o disposto na Portaria DAAE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAAE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Captação Superficial - Córrego Catiguá - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°9'9.320") - Longitude O (49°31'44.350") - Vazão Máxima Instantânea 240,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 5.040,00 m³ - Período 21h/dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220026156-KR6.

Extrato de Informe de Indeferimento / Diretoria de Bacia do Turvo Grande n. 079/2022.

Despacho do Diretor da Bacia do Turvo Grande, de 10 / 11 / 2022

Informe de Indeferimento

Referência:
- Interessado: Ana Claudia Cocharro da Silva
- CPF/CNPJ: 213.358.368-88
- Município: Santa Salete
- Processo DAAE: 9210456

Tendo em vista o disposto na Portaria DAAE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAAE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Reservatório de Acumulação - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°14'58.330") - Longitude O (50°41'4.550") - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220028597-6R4.

Extrato de Informe de Indeferimento / Diretoria de Bacia do Turvo Grande n. 080/2022.

Despacho do Diretor da Bacia do Turvo Grande, de 10/11/2022

Declaração de Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAAE n. 1.630 e n. 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Fernando Carlos Tompes, CPF/CNPJ 44.661.917/0001-02 e do parecer técnico contido no Processo DAAE n. 9210574, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Marinópolis, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°28'50.923") - Longitude O (50°49'57.961") - Volume Diário: 12,50 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20220029793-TAQ.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Turvo Grande n. 289/2022

COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LOTO TIETÊ

Extrato da Deliberação CBH-AT Ad Referendum nº 150 de 29 de setembro de 2022

(Referendada em 27 de outubro de 2022)

Aprova o Regulamento do Processo Eleitoral das entidades da Sociedade Civil para o mandato 2023-2025.

Deliberação na íntegra encontra-se disponível no link: https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/deliberacoes-e-mocoes/
Extrato da Deliberação CBH-AT nº 151 de 27 de outubro de 2022

Rerratifica a Deliberação CBH-AT nº 106, de 29 de outubro de 2020, que aprovou o Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) da Sub-bacia do Guaio e respectiva Nota Técnica

Deliberação na íntegra encontra-se disponível no link: https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/deliberacoes-e-mocoes/
Extrato da Deliberação CBH-AT nº 152 de 27 de outubro de 2022

Aprova a proposta de Anteprojeto de Lei Específica que cria as Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Rio Guaio – APRM-RG e do Cabuçu-Tanque Grande – APRM-CTG.
Deliberação na íntegra encontra-se disponível no link: https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/deliberacoes-e-mocoes/
Extrato da Deliberação CBH-AT nº 153 de 27 de outubro de 2022

Aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI-06 2022, ano base 2021, e a revisão do Plano de Ação e do Programa de Investimentos - PA/PI 2022-2023.
Deliberação na íntegra encontra-se disponível no link: https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/deliberacoes-e-mocoes/
Extrato da Deliberação CBH-AT nº 154 de 27 de outubro de 2022

Aprova critérios para análise e hierarquização de empreendimentos para financiamento com recursos do FEHIDRO em 2023.
Deliberação na íntegra encontra-se disponível no link: https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/deliberacoes-e-mocoes/
Extrato da Deliberação CBH-AT nº 155 de 27 de outubro de 2022

Aprova o Parecer Técnico sobre o EIA/RIMA referente à atividade de implantação da Linha 19 Celeste sob responsabilidade da Companhia do Metropolitanano de São Paulo

Deliberação na íntegra encontra-se disponível no link: https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/deliberacoes-e-mocoes/

COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 423/22, de 10/11/2022, que aprova o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 001/2022, que define critérios gerais para a aplicação de recursos da Cobrança PCJ Federal na temática de saneamento para o exercício de 2023.
Sidney José da Rosa – Presidente do CBH-PJ1. Luciano Santos Tavares de Almeida – Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL. (A Deliberação está disponível no site www.comitespcj.org.br na integra)

Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 424/22, de 10/11/2022, que aprova o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 002/2022, que define critérios gerais para a aplicação de recursos da Cobrança PCJ Federal na temática de proteção e conservação dos recursos hídricos para o exercício de 2023.
Sidney José da Rosa – Presidente do CBH-PJ1. Luciano Santos Tavares de Almeida – Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL. (A Deliberação está disponível no site www.comitespcj.org.br na integra)

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Portaria F.F. nº 344/2022

Designação do Sr. Bruno Sales Biscuola junto a Assessoria Jurídica

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando o estabelecido no Regimento Interno da Fundação Florestal, instituído pela Portaria Normativa FF nº 0276/2018.

RESOLVE:

1. Designar o Sr. Bruno Sales Biscuola, R.G. nº 30.572.382-0, para responder pelo expediente da Assessoria Jurídica, no período de 16/11/2022 a 05/12/2022, por motivo de férias do titular.
2. A presente Portaria entra em vigor na data de 16/11/2022.
Portaria F.F. nº 345/2022

Designação da Sra. Suely Ferreira Lino Pontalti junto a Parque Estadual Furnas de Bom Jesus

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando o estabelecido no Regimento Interno da Fundação Florestal, instituído pela Portaria Normativa FF nº 0276/2018.

RESOLVE:

1. Designar a Sra. Suely Ferreira Lino Pontalti, R.G. nº 5.077.069, para responder pelo expediente do Parque Estadual Furnas de Bom Jesus, no período de 22/11/2022 a 05/12/2022, por motivo de férias do titular.

2. A presente Portaria entra em vigor na data de 22/11/2022.
Portaria F.F. nº 346/2022

Designação da Sra. Mari Luciane Moreira Pereira junto ao Setor de Receita.

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando o estabelecido no Regimento Interno da Fundação Florestal, instituído pela Portaria Normativa FF nº 0276/2018.

RESOLVE:

1. Município: Santa Salete
- Processo DAAE: 9210456

Tendo em vista o disposto na Portaria DAAE n. 1630/2017.

Designação do Sr. Daniel Raimondo e Silva junto a Diretoria do Litoral Norte, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Mantiqueira

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando o estabelecido no Regimento Interno da Fundação Florestal, instituído pela Portaria Normativa FF nº 0276/2018.

RESOLVE:

1. Designar o Senhor Daniel Raimondo e Silva, R.G. nº 45.976.491-3, para responder pelo expediente da Diretoria do Litoral Norte, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Mantiqueira, no período de 03/11/2022 a 17/11/2022, por motivo de férias do titular.

2. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/11/2022.

Portaria F.F. nº 348/2022

Designação da Sra. Solange Almeida Lima junto ao Parque Estadual Jurupará

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando o estabelecido no Regimento Interno da Fundação Florestal, instituído pela Portaria Normativa FF nº 0276/2018.

RESOLVE:

1. Designar a Sra. Solange Almeida Lima, R.G. nº 10.342.427-1, para responder pelo expediente do Parque Estadual Jurupará, no período de 16/11/2022 a 05/12/2022, por motivo de férias do titular.

2. A presente Portaria entra em vigor na data de 16/11/2022.
Portaria F.F. nº 349/2022

Designação do Sr. Gustavo Lopes do Espírito Santo junto à Gerência Metropolitana e Floresta Estadual Serra D’água

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando o estabelecido no Regimento Interno da Fundação Florestal, instituído pela Portaria Normativa FF nº 0276/2018.

RESOLVE:

1. Designar o Sr. Gustavo Lopes do Espírito Santo, R.G. nº 41.732.309-8, para responder pelo expediente da Gerência Metropolitana e Floresta Estadual Serra D’água, no período de 16/11/2022 a 30/11/2022, por motivo de férias do titular.

2. A presente Portaria entra em vigor na data de 16/11/2022.
Portaria F.F. nº 350/2022

Designação da Sra. Mônica Gomes de Oliveira junto a Estação Ecológica do Itapeti e APA Várzea do Rio Tietê

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando o estabelecido no Regimento Interno da Fundação Florestal, instituído pela Portaria Normativa FF nº 0276/2018.

RESOLVE:

1. Designar a Sra. Mônica Gomes de Oliveira, R.G. nº 23.052.479-5, para responder pelo expediente da Estação Ecológica do Itapeti e APA Várzea do Rio Tietê, no período de 16/11/2022 a 30/11/2022, por motivo de férias do titular.

2. A presente Portaria entra em vigor na data de 16/11/2022.
Portaria F.F. nº 351/2022

Designação da Sra. Manoela de Araújo Silva Rodriguez Garcia junto à Gerência Administrativa

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando o estabelecido no Regimento Interno da Fundação Florestal, instituído pela Portaria Normativa FF nº 0276/2018.

RESOLVE:

1. Designar a Sra. Manoela de Araújo Silva Rodriguez Garcia, R.G. nº 17.071.932-7, para responder pelo expediente da Gerência Administrativa, no período de 16/11/2022 a 30/11/2022, por motivo de férias do titular.

2. A presente Portaria entra em vigor na data de 16/11/2022.
Portaria F.F. nº 352/2022

Designação do Sr. Guilherme Luís da Silva Tambellini junto ao Pier do Saco da Ribeira

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando o estabelecido no Regimento Interno da Fundação Florestal, instituído pela Portaria Normativa FF nº 0276/2018.

RESOLVE:

1. Designar o Sr. Guilherme Luís da Silva Tambellini, R.G. nº 7.581.041-4, para responder pelo expediente do Pier do Saco da Ribeira, no período de 21/11/2022 a 10/12/2022, por motivo de férias do titular.

2. A presente Portaria entra em vigor na data de 21/11/2022.
Portaria F.F. nº 353/2022

Designação do Sr. Felipe Sátiro de Aragão junto ao Setor de Contabilidade

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando o estabelecido no Regimento Interno da Fundação Florestal, instituído pela Portaria Normativa FF nº 0276/2018.

RESOLVE:

1. Designar o Sr. Felipe Sátiro de Aragão, R.G. nº 39.770.230-9, para responder pelo expediente do Setor de Contabilidade, no período de 07/11/2022 a 26/11/2022, por motivo de férias do titular.

2. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07/11/2022.

Portaria F.F. nº 354/2022

Designação do Sr. Ricardo André Rodrigues Borges junto ao Setor de Despesa

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando o estabelecido no Regimento Interno da Fundação Florestal, instituído pela Portaria Normativa FF nº 0276/2018.

RESOLVE:

1. Designar o Sr. Ricardo André Rodrigues Borges, R.G. nº 24.478.188-6, para responder pelo expediente do Setor de Despesa, no período de 03/11/2022 a 18/11/2022, por motivo de férias da titular.

2. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/11/2022.

FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLOGICO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 26, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022

O Diretor Presidente da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em especial, às que lhe são conferidas pelo artigo 32, Inciso I, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 59.416, de 09 de agosto de 2013, determina:

Art. 1º - Ficam designados os empregados da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, para o exercício das atribuições do Sistema de Controle Interno, previstas na Portaria nº 49 de 1º de setembro de 2015, conforme segue:

- João Batista Moreira da Silva, RG nº 16.711.050-0, Chefe da Divisão de Contabilidade e Custos, responsável pela coordenação do Sistema de Controle Interno;

- Márcia Keiko Kanashiro, RG nº 15.863.233-3, Chefe do Setor de Compras; e

- Paulo Lopes da Silva Neto, RG nº 28.722.193-3, Chefe do Setor de Planejamento e Controle Orçamentário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário, e, em especial a Portaria nº 32, de 08 de dezembro de 2021, publique-se.

Dr. Paulo Magalhães Bressan

Diretor Presidente

FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLOGICO DE SÃO PAULO

Avenida Miguel Stéfano, 4241 - CEP 04301-905 - São Paulo – SP - Brasil